

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, nos seguintes termos:

(Lê) “*Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada trinta minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Requerimento de Prioridade nº 8.084/2014, para a Proposta de Emenda Constitucional nº 136/2014, que dá nova redação ao art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.*”

Defiro o requerimento.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Roberto Carlos, comunicando sua ausência das sessões nos dias 02, 13, 23 e 27.01/2014 e 03.02.2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, meu caro presidente Marcelo Nilo, pergunto a V.Ex^a, que é um homem forte junto ao governo Jaques Wagner: onde está o respeito à Lei nº 6.677, que estabelece a data de 1º de janeiro para o reajuste do salário do servidor público? Se o governador Jaques Wagner não concorda com essa lei, que acabe com ela. Mas não pode o governador desrespeitar uma lei e prejudicar todos os servidores públicos do Estado da Bahia.

Já cansei de falar aqui que, infelizmente, os presidentes dos sindicatos na Bahia insistem em confundir alinhamento político com o governo do PT com a representatividade sindical. Eles foram eleitos para defender a categoria que cada um representa, mas estão até agora silentes, calados, mudos. Como é que fica o servidor público?

O governo faz propaganda a propaganda fantasiosa de que está com uma arrecadação espetacular, que já arrecadou R\$ 870 milhões – e é verdade – com o Refis, que a arrecadação do ICMS, em 2013, cresceu mais de R\$ 1,3 bilhão, praticamente, em relação à arrecadação de 2012, e o servidor público, como é que fica? Para o servidor público não há aumento do IPTU, aumento de IPVA, da inflação, que já está na casa dos 6%, e ele não tem de pagar o material escolar no início do ano para seus filhos?

E como fica o governo? Cadê o governo da transparência, da democracia, que respeita o direito do servidor?

No lamentável pronunciamento do governador, ao abrir os trabalhos desta Casa Legislativa no presente ano, ele nos surpreendeu com elogios ao servidor. Mas todos esperavam que trouxesse a mensagem recuperando as perdas, inclusive as do ano passado, já que só deu o reajuste no mês de junho, ainda dividido em duas parcelas, sem nem mesmo recuperar a inflação do período.

Já estamos em fevereiro.

O governo criou secretaria nova para dar mais um emprego, mais mordomia a um partido que aderiu. Derrubou secretaria, mostrando ser desnecessária. O então secretário agora é presidente do Bahia, arrumou novo emprego, e o governo apenas extinguiu aquela secretaria, o que mostra que estávamos com a razão.

O governo aumentou seu custeio como se estivesse lidando com dinheiro particular, mas é dinheiro público. No ano em que só o custeio, de 2012 para 2013,

consumiu 70% dos R\$ 870 milhões que o governo arrecadou com o Refis, dá mais uma secretaria, extremamente desnecessária – e para isso criou, numa desfaçatez, uma nova secretaria para abrigar o partido –, ao PTB, para apoiar o candidato chapa branca. Agora, porque é que não diz que o ferry-boat que prometeu para o carnaval...

Cadê o ferry? Está lá na Grécia, como havíamos adiantado. Não respeita nada, este Governo e fica todo o funcionalismo público parado. Cadê o compromisso de Jaques Wagner de pagar a URV para todos os servidores, mas, sobretudo, para a Polícia Militar? Ele havia assumido esse compromisso, ele está querendo o quê? Está chegando o carnaval, ele quer que a polícia entre em greve? Será que ele está esperando isso para assustar e prejudicar ainda mais o turismo numa terra de ninguém, onde os assassinatos estão ocorrendo dia a dia? Perdeu-se o controle de tudo, o respeito à vida, é baiano matando baiano. E o Governo não faz nada, porque não há lei. É um Estado da desordem. É um País que não tem comando. É um Estado lamentável que o governador vem aqui para mandar a sua mensagem que deveria ser de otimismo, já que é o seu último ano. E ele faz um discurso melancólico de despedida do Governo faltando ainda 11 meses.

É isso que a Bahia não precisa, não quer e a gente tem que lamentar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. presidente, Srs. deputados, todos que nos ouvem e nos assistem, ouvi, Sr. Presidente, com muita atenção o deputado que me antecedeu preocupado – como sempre tem feito – com as questões ligadas ao processo inflacionário. E teremos, certamente, um problema que se avizinha aqui na capital.

O Partido dos Trabalhadores a partir dos seus predicados, princípios, sempre foi inteiramente a favor do IPTU progressivo. Deve-se pagar mais aquele que pode mais. E fazer justiça social na direção daqueles que não têm condição de contribuir nesse cipoal de impostos, taxas e contribuições que assolam o nosso País.

Aqui, em Salvador, o IPTU da forma como está sendo cobrado, aparentemente, estaria sendo um instrumento de um IPTU progressivo. Entretanto, a planta genérica de valores que estabelece o pano de fundo para o valor venal dos imóveis, resultou em aumentos extraordinários dos imóveis comerciais.

Veja que a participação do PIB de Salvador, que mais tem a ver com a produção de riqueza, está na dimensão da prestação de serviços e no comércio. E o custo da locação depende de uma matriz de despesas e lá está uma das mais importantes: o IPTU. A quantidade, a valoração desse imposto da forma que foi feita, resultará numa bolha inflacionária na prestação de serviços da cidade do Salvador jamais vista. O que faltou nessa medida que será a médio prazo, escorchante e que baterá, exatamente, no bolso daqueles que menos têm condição de sobrevivência e que não está sendo visto em perspectiva.

Portanto, essa intervenção, que não foi trabalhada junto aos diversos órgãos

que têm interesse na coisa pública, a exemplo do Ministério Público, as associações da representação da sociedade civil, os sindicatos e as associações de moradores. O viés que deveria estar orientando essa ação deveria ser o seu custo social. E aí o conjunto daqueles que menos podem pagar sofrerá porque o rebate do IPTU, a partir dos valores impostos, principalmente para os micro, pequenos e médios empresários, principalmente na prestação de serviços e no comércio, na cidade do Salvador, dentro de muito pouco tempo resultará, sem sombra de dúvidas, no aumento inesperado da corrida inflacionária no município do Salvador, que é a nossa capital, e que há muito tempo tem sido protagonista, dentre todas as capitais, aquela cujo custo inflacionário, a inflação que, do ponto de vista inverso, impõe a quem menos tem, custos sociais extremamente elevados.

Além disso, uma pérola; superintendente da Sucom em Salvador diz o seguinte: a derrubada das invasões têm de ser feita com inteligência. “Não podemos alardear pois as pessoas se revoltam, se organizam e complicam a operação. Precisamos de sigilo. Os lavadores de carros que invadiram os espaços públicos prejudicavam o asfalto, constrangiam os moradores e atrapalhavam o trânsito. Portanto, tem de sair e não haverá ressarcimento”. Tudo isso é verdade do ponto de vista da lei, mas existe um lapso importante que tem de ser considerado na conta, a sensibilidade social. Aquelas pessoas não estavam na favelinha porque queriam; aquelas pessoas lá estavam por falta de oportunidade, a mão do Estado que não se estendeu até o momento.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero, neste momento, me referir à morte do cinegrafista da *Rede Bandeirantes*, Santiago Andrade, de 49 anos, que foi atingido por um rojão na última manifestação do dia 06. Quero manifestar o meu pesar e lamentar a morte do cinegrafista. Naturalmente a polícia tem buscado identificar o responsável por essa morte, seja quem for, para que possa efetivamente ser punido.

É um episódio lamentável porque temos de buscar cada vez mais estimular as manifestações em defesa da democracia, em defesa das transformações na busca de ampliar as conquistas que a sociedade já alcançou, ao longo da história, e um fato como esse não poderíamos deixar de lamentar.

É claro que esse episódio não pode servir de base para qualquer tentativa de impedir, dificultar, de cercear o direito à manifestação, mas é evidente que é preciso também saber que o direito à manifestação não é o direito de sair de forma desmedida, buscando atingir quem quer que seja. Por isso, lamentamos esse episódio, lamentamos a morte do cinegrafista da *Rede Bandeirantes*, Santiago Andrade.

Reafirmamos a necessidade de, sempre que necessário, que hajam as manifestações, cada vez mais manifestações populares com a participação de

milhares e até de milhões de pessoas, para que possamos avançar nas conquistas já alcançadas, para que possamos conseguir uma sociedade cada vez mais justa, cada vez mais humana.

Portanto, considero que esse fato não deve servir de argumento para possíveis alterações na própria legislação que venham no sentido de dificultar as manifestações justas da população em busca da construção de uma sociedade mais humana, de uma sociedade onde todos possam viver com dignidade. Essa é uma questão que eu gostaria de registrar, aqui. Portanto, devemos lutar pelo direito das manifestações justas e para que, efetivamente, conquistemos uma sociedade, cada vez mais, humana.

Sr. Presidente, eu também quero, mais uma vez, protestar contra o aumento do IPTU na cidade do Salvador, que considero abusivo, inoportuno e inconstitucional. Haverá uma grande manifestação, amanhã, em frente à Câmara Municipal, a partir das 14 h. Diversas entidades estão se organizando tanto para as manifestações contra esse aumento abusivo que tem prejudicado a população, como também vem buscando um mecanismo jurídico para coibir esse abuso.

Nesse aspecto nós temos a perspectiva de ações populares, de ação civil pública e de ação direta de inconstitucionalidade. São diversos instrumentos que a sociedade e as entidades dispõem para lutar contra o aumento abusivo do IPTU na cidade do Salvador.

Eu sou presidente do Iapaz – Instituto de Estudos de Ação Pela Paz com Justiça social –, e já pedi à assessoria do instituto para que estude a possibilidade de ingressar também com uma ação contra esse abuso que foi o aumento do IPTU em Salvador. Esperamos que o prefeito ACM Neto revogue, imediatamente, essa decisão, e passe a discutir com a população e com a Câmara de Vereadores essa questão do IPTU.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JÔAO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, venho a esta tribuna para lamentar uma morte anunciada na região Buerarema. Há muito tempo, venho denunciando, aqui, que supostos índios, invadindo pequenas propriedades, têm levado intranquilidade àquela região.

Pois bem, ontem, durante a madrugada, invadiram o assentamento Ipiranga, na localidade de Maruim, e assassinaram a tiros o trabalhador rural e ex-sem-terra Juraci Santana, líder do assentamento. A mulher de Juraci, até o momento, encontra-se desaparecida. Não se sabe se ela também foi morta ou se está escondida no mato com medo dos agressores.

Essa área teve, há quatro dias, a base de pacificação da Força Nacional desmontada por ordem expressa do ministro da Justiça. O ministro da Justiça, atendendo a pressões do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi, retirou a Força Nacional de Segurança da região. O Cimi disse que o governo havia optado por

militarizar a região e foi feito a reintegração de posse por meio de liminares.

Pois bem, uma ou duas vidas foram perdidas, intranquilidade na região, desestruturação da economia, das famílias e da sociedade.

E o governador Jaques Wagner se comprometeu, pessoalmente, a solucionar o problema desde o mês de outubro ou novembro do ano passado quando, aqui, recebeu as diversas lideranças do Sul da Bahia, juntamente com o Sr. Ministro da Justiça.

O assentado Juraci Santana denunciou, pessoalmente, ao ministro da Justiça, a ameaça de morte que havia sofrido. Por que esse assentado foi ameaçado de morte? Porque os supostos índios pressionavam Juraci para que ele se dissesse índio.

É, agora, a mania que se instalou. Tal mania é fruto de uma orientação ideológica que fez com que a população de índios do Brasil aumentasse desproporcionalmente. É a tal da revolução que eles querem implantar. Como não conseguem convencer e como não conseguem ter um projeto, eles, agora, partem para a ideologização étnica.

Então, basta, apenas, uma declaração para se dizer índio mesmo que o sujeito tenha, em seu rosto, traços predominantemente europeus. Mas se tal sujeito se diz índio, ele é índio! E eles, os supostos caciques, ficam a obrigar os pequenos assentados e os pequenos poceiros a se declararem indígenas.

Nesta região de Una, 40 famílias sem terras estão no assentamento de Ipiranga há mais de 10 anos! Tal área foi desapropriada pelo Incra há mais de, repito, 10 anos, deputado Pedro Tavares. E, apenas, 5 famílias das 40 cederam à pressão desses supostos caciques e se declararam índios. Como as lideranças desse assentamento não permitiram que esse assentamento fosse anexado à reserva indígena, foi brutalmente assassinado o Juraci Santana, um assentado.

E a revolta está, hoje, imperando, em todo Sul da Bahia!

Cabe ao Sr. Governador do Estado cobrar do ministro da Justiça a volta da Força Nacional de Segurança Pública para Buerarema e para a região!

Vejam, não acredito haver, no governo, interesses ligados ao Conselho Indigenista Missionário – Cimi – que dizem haver uma opção pela militarização da questão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr^{as} e Srs. Deputados, meu nobre presidente Fabrício Falcão, quero concordar com o discurso do deputado João Carlos Bacelar. Ocorreu a morte, ontem de madrugada, do agricultor Juraci Santana, em Buerarema, na área do conflito. Realmente, deputado João Carlos Bacelar, esta foi uma morte anunciada.

Tal assunto foi denunciado, cobrado e mostrado, aqui, por V.Ex^a, ao explicar que se as bases fixas da Força Nacional de Segurança Pública saíssem da área rural de Buerarema, iria ocorrer uma catástrofe e iria ocorrer derramamento de sangue. E está aí! Infelizmente, um agricultor, que lutava pela sua terra, que vivia do sustento,

labutando em sua terra, foi, brutalmente, assassinado por supostos índios.

Quero, também, cobrar, aqui, uma ação efetiva do governo federal e uma ação efetiva do ministro da Justiça para que essas bases da Força Nacional de Segurança Pública voltem para proteger os pequenos produtores.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a defende e conhece tanto essa situação dramática em que se vive o Sul da Bahia. Cobramos do governador do Estado uma voz ativa na solução dessa dificuldade. Quero mostrar, governador, como tenho cobrado, que essa situação é, sim, de responsabilidade do governo federal. Mas quem morreu, deputado João Carlos Bacelar, foi um baiano. E é a Bahia que está sofrendo, assim como a economia de Buerarema e da região. A insegurança é do Sul baiano. Então, cobramos ao governador deste Estado que ele tenha uma voz ativa, que cobre da presidente, que cobre do ministro da Justiça uma ação imediata para que esse clima de terror que vive aquela região pelo menos seja amenizado.

Agora a BR-101 está fechada, deputado João Carlos Bacelar, em protesto pela morte do lavrador, do agricultor. Portanto, fica aqui mais uma vez a minha cobrança para que as autoridades - sejam elas estaduais ou federais - olhem de forma clínica e diferenciada, deputado Rosemberg Pinto, que esteve na região juntamente comigo e com outros deputados, para esse conflito.

Não é possível que outras mortes venham a acontecer. Estão anunciadas mais mortes, mais conflitos, mais derramamento de sangue. Assim novamente desta tribuna a minha cobrança é para que o governo estadual, através do secretário da Segurança Pública e do próprio governador, vá até o federal cobrar segurança e a volta da Força Nacional nas suas bases fixas para a zona rural do conflito.

Esse é o meu desejo. Que fique aqui a minha luta, a minha voz e o meu pesar pela morte desse lavrador rural. É como eu disse: um produtor que lutava para defender o seu direito à sua terra legítima, que do nada é invadida por supostos índios cometendo atrocidades, violências, matando. Infelizmente ocorreu essa morte.

Então vamos lutar juntos, deputados Rosemberg, João Carlos Bacelar e Marcelino Galo, que também esteve lá presente. Não pode continuar mais assim o Sul da Bahia, com essa intranquilidade e uma violência cada vez mais crescente. Chegou a hora de resolver a situação. Aliás, deputados, já passou a hora de resolvê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Fabrício Falcão, meus queridos deputados e deputadas, Pedro, eu ouvi atentamente o seu discurso e aqui normalmente tenho sido muito defensor de algumas figuras públicas e tal, mas hoje não posso deixar de dizer que tem nome a responsabilidade desse assassinato em nossa região, meu querido Gaban: chama-se o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do meu partido. Quero dizer que a responsabilidade é dele, porque foi uma lástima a sua decisão pela retirada da Força Nacional daquela área de conflito, o qual

já se alastrou pela região inteira. Acabo de chegar da cidade de Itapetinga, que agora tem dez propriedades com bandidos lá dentro dizendo que vão dar proteção aos proprietários. Mas daqui a pouco aparecem lá mais dez, vinte outros bandidos para se apropriarem daqueles espaços.

Por isso, meu querido Gaban, quero, aqui, dizer que foi uma decisão irresponsável do ministro da Justiça deixar homens e mulheres à mercê da sorte. A responsabilidade pela morte de Juraci, meu amigo, com quem nos encontramos naquele dia em Buerarema, é exatamente do ministro da Justiça, que tomou uma decisão lamentável contra os baianos e as baianas.

Quero dizer que vou fazer o documento e pedir as assinaturas de todos os deputados para encaminhar ao governador do Estado, solicitando da presidenta a volta da Força Nacional para a área. Além do mais, não podemos aceitar a posição de dizer que áreas como aquela de Itapetinga são de responsabilidade da Polícia Federal. Não é área em conflito, em que se disputa alguma posição de registro de comunidade indígena, então, a responsabilidade é do Estado da Bahia.

As denúncias e as queixas que são feitas lá têm de ser apuradas pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia. Não podemos chegar à delegacia, fazer a queixa da invasão de uma propriedade em uma área em que não está sendo discutida qualquer relação com a comunidade indígena e ouvirmos que não se pode apurar porque é com a Polícia Federal.

Se eu for a qualquer lugar, der um tapa em um e a polícia vier me prender vou dizer que sou índio e que somente a Polícia Federal pode prender-me. Não podemos aceitar esse tipo de posicionamento.

Tenho um carinho imenso pela comunidade indígena, sou defensor de que exista um regramento para que as pessoas possam, dentro da legalidade, requerer os seus direitos. E é um direito da comunidade indígena ter suas áreas, e elas já foram demarcadas. Agora, não se pode, sob a suposta posição de defesa dos interesses de uma sociedade organizada, aceitar a ação de bandidagem que está acontecendo em nossa região, com assassinatos. Eu não posso admitir esse posicionamento aqui.

Quero encerrar as minhas palavras dizendo que vou fazer um documento, para o qual vou pedir a assinatura de todos os deputados, solicitando a volta da Força Nacional àquela região, para que o ministro da Justiça possa tentar redimir-se da irresponsabilidade que foi retirar a Força Nacional daquele local.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, foi lamentável o que aconteceu no Município de Buerarema. Gostaria de me associar às palavras dos deputados Pedro Tavares e Rosemberg Pinto e de todos aqueles que demonstraram sua indignação pelo acontecido naquele município. E é natural que os deputados aqui o façam, e faço minhas as palavras dos deputados.

Eu vi subir a esta tribuna um parlamentar que veio tentar desqualificar o

melhor prefeito do Brasil. O prefeito ACM Neto vem fazendo uma gestão qualificadíssima, e os soteropolitanos a aprovam. Sua gestão foi aprovada pela maioria, e ele foi escolhido o melhor prefeito do Brasil.

É natural que alguns deputados do PT tentem de alguma maneira desqualificar a grande gestão que vem fazendo o prefeito ACM Neto. Afinal de contas, não podemos dizer o mesmo da atual gestão do governo do Estado da Bahia. Essa é a nossa diferença, deputado Gaban, para eles do governo da Bahia. A forma como entendemos que devemos gerir é o modelo do prefeito ACM Neto, escolhido o melhor prefeito do Brasil. Infelizmente, a avaliação dos petistas, através do atual governo do Estado da Bahia, está em 19º lugar, ou seja, ficaram entre os piores do Brasil no quesito gestão.

Então, não vamos tratar desse assunto, que está mais que do claro, deputada Luiza Maia, que me olha aí embaixo, e acha que o modelo correto, deputado Gaban, não é o modelo do prefeito ACM Neto, e, sim, o modelo que acontece no Estado da Bahia, em Camaçari, que não aparece nem nos índices dos melhores do País.

Fiquei muito triste ao viajar esse final de semana, ao passar pelo município de Boa Vista do Tupim, um município completamente abandonado, um município onde, deputado Rosemberg Pinto, a delegacia está fechada. A feira, o mato toma conta e a sujeira fica “rebolando” no meio dos feirantes. É um verdadeiro descaso a forma como a atual administração vem conduzindo aquele município. E ao andar, ao percorrer todo o município, em alguns distritos ouvi, de diversos segmentos da população, um pedido de socorro. Não é possível que um município como aquele continue a sofrer tanto: não existe ambulância para transportar o doente, as pessoas têm que pagar do próprio bolso porque a prefeitura é incapaz de dar um combustível para que um doente possa ser atendido.

Então, é revoltante as condições como vêm vivendo os filhos de Boa Vista do Tupim. E eu, que passei um dia inteiro a percorrer todo aquele município, me vejo no dever, na obrigação de chamar a atenção das autoridades do governo do Estado para que tomem uma providência. Se o governo municipal não é capaz de cuidar das pessoas, que o governo do Estado da Bahia tome uma providência, porque não tem segurança pública, não tem saúde, não tem educação, e a população está praticamente fazendo um pedido de socorro. Então, subo a esta tribuna para deixar aqui a revolta do povo de Boa Vista do Tupim, que é a minha também, porque estive lá e vi de perto a condição daquela população. É realmente inacreditável a forma como aquele município vem sendo gerido. Fico indignado porque vi uma população toda indignada e não sabe a quem recorrer, não sabe a quem pedir socorro. É lamentável ver que a população confiou a um prefeito a sua cidade e ele vira as costas não dando a menor dignidade para quem lá vive.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a nobre deputada Ângela Sousa pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Quero cumprimentar o nosso presidente Fabrício Falcão, os nossos companheiros, deputado que estão na Casa, indignada nesta hora subo a esta tribuna, porque são mais de quatro anos que a gente vem brigando pela defesa do produtor, do pequeno produtor, homens de mãos calejadas, sofridos, que mantêm as suas famílias, que cuidam das suas famílias e que vêm sendo atacados por essa situação da demarcação de terras. Temos visto o quanto eles têm sofrido. Terras tituladas, e hoje tomamos conhecimento do assassinato de um agricultor, de um pequeno produtor de um assentamento onde há quarenta famílias, e esse homem vem brigando, lutando, pedindo pelo amor de Deus que os socorram porque eles estão a ponto de perderem suas terras, único lugar onde podem produzir o seu sustento, o sustento de suas famílias por causa dessa falta de respeito de falsos índios, de índios que, na realidade não são índios, indígenas tupinambás, caciques que não são caciques, mas sim pessoas negras que se tornaram, se fizeram caciques. E temos visto a luta desse povo. A Faeb, após a implantação das bases da Força Nacional lá, pediu há poucos dias que esta se mantivesse, permanecesse no local, o que foi prometido pelo nosso governador e também pelo ministro da Justiça. Porém elas terminaram agora. O cacique vai para Brasília, no avião da Força Aérea, resolver os problemas atendendo aos indígenas. Não tenho nada contra eles. Os índios verdadeiros precisam ser cuidados, os remanescentes têm de ser assistidos. Mas deixar lá dentro pessoas que realmente não são indígenas, tupinambás, não têm nenhuma etnia e ficam bagunçando, fazendo coisas terríveis com o povo?!

É preciso que a gente denuncie, fale, brigue pela necessidade desses pequenos agricultores e produtores que não têm nenhum latifundiário. Todos estão com 5, 10 hectares, 1 hectare. Não passa disso. Se houver, é um ou são dois maiores. Mas a maioria dessas famílias quer ocupar a área - são 47 mil hectares -, quer passar para a terra indígena, e aí vemos esse sofrimento. Então hoje estou aqui indignada, muito triste por ver uma situação dessas!

Concordo com o deputado quando diz que a culpa é do ministro da Justiça, mas acima dele nós temos a presidente da República, nossa Dilma, que precisa estar ativa e atenta a essa situação porque ela é a autoridade máxima do nosso País e como tal deve estar vendo essa demarcação de Buerarema, Una, Ilhéus, Itaju do Colônia. Não é possível em detrimento de um grupo destruímos outro, acabarmos com aqueles homens que cuidaram das suas famílias que vivem naquelas terras por mais de 80, 100 anos. E como serem tiradas as suas terras para que sejam dadas, doadas a indígenas?!

Quero conclamar todos vocês a entrarem nessa luta! É o nosso povo, é o povo da Bahia, e não podemos deixar que isso continue acontecendo! Não é possível! Precisamos resolver essa situação de uma maneira justa, porque a Justiça tem de ser para todos os lados, e o pequeno produtor precisa de direitos humanos. Direitos humanos não podem ser só para um grupo, têm de ser para todos. E o pequeno agricultor igualmente precisa deles. Portanto, tem de ser assistido permanecendo em suas terras. E quanto às terras improdutivas é preciso colocar políticas públicas para que os indígenas, com suas mãos calejadas, possam fazer o que fez o pequeno

agricultor, que hoje mantém a sua família e também a mesa nas zonas rural e urbana. Que Deus os abençoe!

Fica aqui a minha repulsa a essa situação.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto, por até 25 minutos, pelo Partido dos Trabalhadores.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Imprensa presente, eu queria aproveitar este Grande Expediente, primeiro, para me solidarizar com todos os trabalhadores da área de comunicação, jornalistas, cinegrafistas, radialistas, enfim, todos os que trabalham nessa atividade, pelo momento de pesar que estão passando com a morte do cinegrafista que estava no exercício do seu trabalho e foi acometido, de forma surpreendente, por um rojão, palavra usada no sul do Brasil. Aqui na Bahia, especificamente em Cruz das Almas, nós conhecemos aquele artefato pelo nome de espada que tem a mesma forma de confecção com caráter explosivo.

O acidente trouxe à baila um debate significativo sobre as diversas manifestações que acontecem em todo o Brasil. Essa manifestação, que gerou a morte do cinegrafista, deve levar à reflexão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de que venhamos a compreender esses espaços do debate democrático que, às vezes, acabam virando um espaço de agressão física. A morte do cinegrafista levou a um debate no Congresso Nacional sobre a necessidade de se criar um regramento específico para as manifestações públicas e populares. Eu quero dialogar com este posicionamento. Primeiro, tenho uma preocupação muito grande de que poderemos ir para um caminho de isolamento em um processo repressivo que possa vir a ferir a construção da democracia no Brasil. Bem, eu, junto com a minha geração, fiz parte da luta e do processo para que chegássemos ao momento atual que permite essas manifestações populares.

Logicamente, não podemos permitir que, em manifestações, ocorram as violências que têm acontecido. E, aí, quero chamar a esta reflexão: não é preciso se criar nenhum regramento ou nenhuma normativa para as manifestações; é preciso, apenas, que se cumpra o que já existe na legislação, a fim de evitar que se chegue a uma situação absurda como esta que motivou a morte de uma pessoa que estava, ali, trabalhando.

Por isso chamo a atenção dos órgãos públicos para cumprir sua tarefa, porque é inadmissível, depois de quase um ano dessas manifestações, que a inteligência dos órgãos de Segurança Pública, nos planos federal e estadual, não tenha a compreensão de uma ação para coibir os excessos como esse último.

Trago este debate para que não venhamos, a cada momento de excesso, criar um regramento que pode nos levar a comprometer o processo democrático neste País.

Este é o debate que temos de fazer. E as seguranças públicas, nos planos federal e estadual, têm de cumprir os seus papéis de dar as garantias a cada cidadão e a cada cidadã para trabalhar e se manifestar dentro do regramento próprio do Estado contemporâneo, moderno, democrático, de homens e mulheres com a cabeça no lugar.

O Sr. Marcelino Galo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Vi, aqui, em diversas manifestações, excessos de lado a lado, principalmente à época da Copa das Confederações. Precisamos pegar esses exemplos para que, efetivamente, não levemos o nosso País a criar um regramento excessivo que possa nos trazer um prejuízo grandioso para o processo democrático em nosso País.

O Sr. Marcelino Galo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Um aparte ao deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a faz um pronunciamento que está no centro da conjuntura. E nós gostaríamos, também, de lamentar a morte do cinegrafista que, no cumprimento do seu labor, cumprindo com suas responsabilidades, terminou sendo atingido por aquilo chamado de rojão que o levou à morte.

Mas nós precisamos, também, tomar cuidado, porque as ruas são o exercício da democracia. E tal exercício é fundamental para a educação política e para as manifestações dos movimentos populares e dos movimentos sociais.

Sabemos, com certeza, que aquele jovem não tinha ido à manifestação para matar ninguém. Então este fato lamentável ocorreu e, sem dúvida nenhuma, ceifou uma vida. Porém, em função disso, não se justifica criminalizar os movimentos sociais. Então, na verdade, aproveitam-se deste fato, pois querem, há muito tempo, se produzir o cadáver. E o acaso vem levar a uma situação de violência que passa a ser explorado.

Então, temos de ter muito cuidado. Há uma manifestação orquestrada contra a Copa do Mundo por alguns segmentos. E a Copa do Mundo, o seu legado, a forma como ela vai projetar este País em nível internacional e como nós sabemos que o nosso povo é apaixonado por futebol, com certeza não ficar contra este evento.

Temos de trabalhar. Claro espera-se que o legado da Copa do Mundo venha no sentido de melhorar a vida de nosso povo para ter a sua infraestrutura, principalmente centrada na mobilidade urbana. É preciso que a gente invista seriamente no transporte público. É preciso que a gente dê conforto, dê comodidade, dê velocidade ao transporte público para que a classe trabalhadora não se sacrifique mais ainda, pois vivemos em uma cidade travada. O legado da futura Copa do Mundo tem de vir justamente no sentido de melhorar o que falta a esta cidade.

Então temos de trabalhar e muito para que não só existam arenas. Sabemos da importância dos estádios de futebol, pois, ali, são templos. Espera-se, principalmente, que as arenas sejam de multiuso, a fim de servir para o lazer, as atividades culturais e muitas outras. O pronunciamento de V.Ex^a, neste momento, é, extremamente, correto do ponto de vista de que não vamos aproveitar esta situação para, mais uma vez,

combater e criminalizar aqueles que lutam pela democracia.

No entanto, devemos fazer isso sem deixar, sem dúvida nenhuma, de, aqui, lamentar a morte ocorrida, de uma forma estúpida, do companheiro que, ali, trabalhava para informar a sociedade.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Nobre deputado Marcelino, peço para agregar as suas palavras ao nosso pronunciamento.

Mas quero complementar ao dizer que não concordo em criar remendos de legislação para atender às ações pontuais, porque a legislação já permite que aquelas duas pessoas, que na manifestação agrediram aquele trabalhador, devam ser punidas. A legislação deve, exatamente, tratá-los de uma forma em que a agressão na manifestação não pode ser permitida nesses excessos.

Então, quero trazer ao debate, aqui, em função desse episódio, a criação de uma legislação específica, um regramento específico para as manifestações. O regramento tem que ser da sociedade brasileira e não especificamente... Porque daqui a uns dias, deputado Gaban, estaremos aqui discutindo o que é mobilização, o que é reunião. Então, não podemos permitir.

A Segurança Pública tem que cumprir seu papel e as pessoas que agiram de forma a levar ao óbito aquele trabalhador devem ser punidas no âmbito da legislação existente.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Rosemberg, primeiro quero parabenizá-lo pelos dois belíssimos pronunciamentos de hoje mais ou menos sobre o mesmo tema, não deixa de ser criminalidade.

V.Ex^a está coberto de razão. Temos que ter extremo cuidado, porque estamos em via de uma Copa do Mundo, quando se prevê uma série de manifestações legítimas e esse direito tem que ser garantido. Mas estamos cansados de ver baderneiros se infiltrando no meio daqueles que estão exercendo o seu papel na democracia contestando ou fazendo sua manifestação contra aquilo que discordam.

Só quando um profissional da imprensa é atingido, e infelizmente aconteceu com um repórter da Bandeirantes, é que paramos um pouco mais para pensar. E temos que criar uma legislação específica para isso.

Estamos na iminência, ninguém pode fugir da realidade, da seca maior atingir as maiores barragens do País e o pico da seca vai ser em junho, época da Copa do Mundo. Imaginem, na época da Copa do Mundo, justamente quando estão sendo anunciadas várias manifestações da população se elas forem, digamos assim, incendiadas um pouco mais com os apagões, que já começam a ocorrer. Repito, o pico está previsto para junho. Então, temos que pensar. Não podemos permitir que o direito daqueles que querem se manifestar seja retirado, mas também não podemos deixar os baderneiros fazerem o que estão fazendo.

Então, acho que é mais um tema, como também o daquele falecimento num município nosso do interior, quer dizer: você põe criminosos, pessoas que são grileiras, inclusive fico muito à vontade para tratar desse assunto porque a Região do

Oeste é uma das regiões de maior grilagem da Bahia e inclusive estive com o presidente atual do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Eserval, tratando desse assunto e o cuidado que a administração dele tem que ter com relação à Região Oeste. Nós agora temos um fato real no município que V.Ex^a também representa: o falecimento de uma pessoa pacífica. Tive informações idênticas a que V.Ex^a passou. Foi um momento de reflexão, porque quando baianos começam a matar baianos, indistintamente, temos que ter cuidado porque o crime está banalizado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quero, deputado Gaban, dizer que precisamos também ir à fundo nessas questões.

Primeiro, com relação a esse ponto que V.Ex^a e o deputado Marcelino Galo levantam sobre o episódio da Copa e o legado da Copa do Mundo. Eu concordo com esse posicionamento. Eu, se tivesse o poder de decidir eu não decidiria pela realização desse evento aqui no Brasil. Acho que o País precisava desse investimento e ninguém venha me dizer que não há investimento público.

Eu preferiria fazer um investimento – certo? – em nossa base social a fim de não permitir que uma instituição privada venha para cá com o intuito de dar ordens e de criar regramentos específicos, melhor, fazer deste país uma área de seus interesses com a nossa convivência.

Aqui, votei constrangido um regramento específico para a Copa do Mundo, porque acho que nós precisávamos estar mais atentos para outros investimentos. Esses investimentos públicos estão acontecendo e tais investimentos públicos poderiam ser nas áreas de educação, combate à pobreza, ajuda ao nosso semiárido. Quanto à área de educação, eu tenho a convicção de que esse dinheiro seria melhor aplicado. E a sociedade entenderia melhor essa questão.

Quero, também, levantar uma questão que está na ordem do dia no Poder Judiciário. Nós precisamos, de fato, trazer à baila, essa questão. Aqui, vez por outra, tenho feito críticas ao presidente do STF pela sua forma autoritária, destemperada, desequilibrada com que trata a maior instituição do Poder Judiciário, o STF. Certo? E, agora, acabou de vez, porque os seus colegas, sequer, aceitam-no a entender como uma pessoa equilibrada. Quando ele sai de férias, faz os rolezinhos com o dinheiro público. E já disse, porque se fosse um deputado daqui que estivesse recebendo diária de férias, haveria, possivelmente, uma CPI. Mas o Sr. Presidente do STF estava no exterior, à custa do Estado brasileiro, recebia diárias, passeava e disse ser tudo muito normal, que isso é pequeno, é uma coisa boba. E quando ele volta, desfaz todas as decisões de seus pares no STF.

Meu querido deputado Marcelino Galo, isso perde a razão e perde a credibilidade desta instituição que todos nós acreditamos. Esperamos que o STF se refaça e que volte a ter a credibilidade que o Brasil precisa, porque é o último lugar onde homens e mulheres vão buscar soluções para as suas querelas. E se há uma instituição com dúvidas, como ela está hoje, nós precisamos, realmente, trazer este debate à baila – certo? –, o que hoje já acontece em vários locais.

Há uma outra questão que eu quero abordar. Aí, chamo os meus companheiros da Imprensa também à reflexão, porque nós precisamos fazer um debate mais

propositivo e positivo, deputado Carlos Geilson. Nós estamos acostumados a fazer uma comunicação, extremamente, negativa.

Você pega os grandes veículos de comunicação, você abre o veículo de comunicação e parece que aquilo ali é algo para não se permitir que as pessoas gostem do seu País, não se permitir que as pessoas possam pensar que a vida – certo? – é o crescimento, é a melhora, é a esperança. Aí, estimulam-se, exatamente, manifestações fora do controle. Então, nós precisamos também fazer este debate. É preciso fazer as críticas, assim como fiz nesse instante aqui com relação ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo no que diz respeito à decisão irresponsável de retirar a Força Nacional de Segurança Pública da região de Buerarema e de Una.

Esta foi uma decisão lastimável que o governo da Bahia deve... Pedirei ao meu querido governador Jaques Wagner para fazer, inclusive, uma indignação à nossa presidenta Dilma por não atender à Bahia da forma que os baianos merecem. Nós não podemos deixar os baianos à mercê daquilo que está acontecendo no Sul da Bahia.

Então, quanto a esta crítica, não tenho nenhum problema em fazê-la, porque eu acredito naquilo que eu defendo. Mas, também, tenho de dizer para os meus queridos amigos e companheiros da Imprensa que precisamos debater a comunicação no Brasil e na Bahia para que possamos torná-la mais propositiva. Temos que fazer as críticas, quando se merece, mas colocando que o Brasil é um lugar bom para se viver. Os baianos e brasileiros querem um estado e um país que cresça e se desenvolva com geração de renda. Porque muitas vezes só enxergamos nos veículos de comunicação críticas excessivas ao Brasil.

Ano passado, estive fora do Brasil e verifiquei que lá os jornais falam melhor do nosso País que os daqui. Então é esse o debate que precisamos fazer para que não criemos uma juventude com raiva de nós mesmos e do nosso Brasil, levando a situações como essas que ocorrem diariamente.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por último, quero dar o aparte ao deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento de hoje. V.Ex^a faz uma retrospectiva e ao mesmo tempo traça um perfil panorâmico de diversas situações e pontos estratégicos importantes para esse debate. Primeiro, quero destacar que a livre manifestação é o que nós sempre defendemos. Crescemos num processo de luta, enfrentamos o momento mais crítico da repressão, neste País, durante o regime da ditadura militar. Participamos do processo de extinção desse regime e ajudamos a construir esse momento democrático em que vive o Brasil e, conseqüentemente, o nosso Estado. E reconhecemos o papel e a importância da sociedade se manifestar.

Mas não podemos nos calar com o abuso que está acontecendo nas manifestações. São grupos que não têm a coragem e a disposição de fazer o diálogo e o enfrentamento, de apresentar proposições, propostas, sugestões e até enfrentamentos. E utilizam a manifestação pública exatamente como pano de fundo, como um grande escudo para cultuar a violência e a agressão ao patrimônio público.

É o atentado à vida e foi o que presenciamos.

Por isso é importante retomar que nesse aspecto a ação da Secretaria da Justiça, a ação de Estado tem que acontecer para coibir os abusos e, acima de tudo, os atos de violência, preservando o direito conquistado da manifestação social. E isso também todos nós defendemos.

Além do mais, quero aproveitar inclusive, nobre deputado, para comunicar que lá em nossa cidade, Camaçari, os trabalhadores caminhoneiros, conhecidos como cegonheiros, encontram-se em greve. É um movimento pacífico. O que chamamos a atenção mais uma vez é sobre a importância da necessidade de serem valorizados pela Ford e pela próxima montadora a se instalar, a JAC Motors. No sentido de que o cegonheiro baiano tenha o direito de transportar os carros produzidos em nosso Estado. O que estamos vivenciando é uma verdadeira praça de guerra instalada. O deputado Jurandy Oliveira tem acompanhado também esse processo e lá esteve hoje no Polo de Camaçari externando o apoio dele. Aproveitamos para chamar a atenção, inclusive por termos aberto o diálogo, mais uma vez, com o nosso governo para que possa intermediar. Queremos que a crise instalada entre os interesses de São Paulo e do Sul do Brasil não se sobreponha ao direito constitucional dos baianos de exercer a sua profissão, a sua atividade laboral em nosso Estado.

Muito obrigado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por último, Sr. Presidente, quero aqui ressaltar a necessidade da participação da Secretaria da Segurança Pública nessas ocupações que estão ocorrendo na região do médio sudoeste da Bahia. Deputado Bira Corôa, quero lamentar porque me parece que a Força Nacional fez um *mise-en-scène* na reintegração de posse. Chegou ali, reintegrou posse de oito fazendas, oito pequenas propriedades. No final de semana saiu, na noite...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, o tempo de V.Ex^a terminou.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Estou concluindo.

(...) À noite a ocupação voltou novamente, e os caras foram embora. Parece uma coisa orquestrada para acontecer daquela forma.

A região onde nasci, o Médio Sudoeste da Bahia, não é área de conflito nem de demarcação. A Secretaria da Segurança Pública da Bahia é que é responsável pelo controle. As denúncias que acontecerem lá têm de ser acatadas pelas delegacias de polícia, e o Estado tem de assumir uma posição porque é o responsável pela defesa daqueles interesses. Ele não pode fugir dela sob a hipótese de que eles são da responsabilidade da Polícia Federal.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar o orador, por até 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falará o deputado Marcelino Galo por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado

Marcelino Galo, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobre deputada Luiza Maia, que logo a seguir também deverá usar esta tribuna, nobres deputados, servidores desta Casa, imprensa, Srs. das Galerias, um velho filme que já tínhamos visto nos últimos anos da década de 70 vimos se repetir aqui em Salvador no domingo passado, quando um jovem prefeito - desta vez não nomeado pela ditadura, e sim eleito pelo povo -, sob a motivação de embelezar a cidade, agiu com violência e crueldade nunca vistas.

E o superintendente da Sucom, depois do massacre, foi à imprensa, numa manifestação nunca vista num dirigente público, humilhar aquele povo que teve o seu patrimônio destruído.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Embelezar a cidade para quem? Expulsando os pobres?

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte?

Massacre, só se foi da Polícia Militar.

O Sr. PRESIDENTE(Fabrício Falcão):- Deputado, por favor.

O Sr. MARCELINO GALO:- Fazendo a mesma assepsia, a retirada dos pobres que foi feita no Pelourinho? Esse é o mesmo formato.

Nas festas populares, as pessoas serão obrigadas agora a beber uma única marca de cerveja.

Então se prende, se arrebetam os produtos dos pobres trabalhadores e ainda armam a Força Municipal. Para quê armar a Força Municipal? Para usar a força bruta de um Estado que deveria proteger o cidadão, proteger os mais pobres? Então isto é que é administrar bem, embelezar as cidades para os ricos massacrando os pobres?

Já vimos a ridícula lei das guaritas exigindo 2 metros de altura de alvenaria com a cabine à prova de balas. Isso agride a inteligência dos baianos. E como é que seria executado na diferenciação, na diversidade do Centro Histórico, nos edifícios modernos nos quais hoje o controle é digital? Então, nobres parlamentares, estamos vivendo tempos difíceis.

O rapa age com violência na Ribeira agredindo os pobres.

Então, isso não é democracia. O povo já está sentindo. Sentiu no bolso e sentiu no seu pescoço a facada da traição da classe média que votou nesse governo e, agora, foi usurpada com um aumento absurdo do IPTU.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Podem falar. Seria essa a administração do jovem e valente prefeito que um dia quis bater no presidente da República, manifestando todo seu desrespeito às instituições democráticas. Atacando um presidente legitimamente eleito pelo povo, querendo bater nesse presidente. Hoje, o que vemos é a manifestação do velho DNA.

E ali o deputado fica nervoso...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Essa cultura, nobres deputados, se instalou na Bahia. E ultrapassa, inclusive, aqueles partidos que ajudaram a construir essa concepção de governo.

Então, tal pai tal filho. Mas o que estamos vendo agora é tal avô tal neto. Ele está barbarizando e o povo já começa a sentir e a se manifestar. E o jovem deputado que aqui ri, vem na tribuna defender esse modelo de governo. Bater em pobre, bater em trabalhador, agir de forma antidemocrática, desrespeitar as instituições, isso não é forma de se governar.

O governador Jaques Wagner, que age de forma tolerante, inaugurou a maior obra do seu governo, que foi construir um processo democrático de atender e dialogar com os movimentos sociais e de atender todos os prefeitos. Nenhum prefeito tem a porta batida na cara, são atendidos com todo o respeito.

Com o aparte a deputada Fátima Nunes.

O Sr. Gaban:- Não pode, se não conceder o aparte a mim, não pode conceder a outro deputado.

A Sr^a Fátima Nunes:- Querem calar minha boca, deputado. Por que quer calar minha boca, presidente?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, V.Ex^a continua com a palavra. **O Sr. MARCELINO GALO:-** Sr. Presidente, não ouvi o deputado pedir o aparte. Não entendi, porque ele estava ali pulando da cadeira e aparte não se pede assim. O deputado está muito nervoso. Não ouvi V.Ex^a solicitar o aparte. Entendo que não é dessa forma que se deve pedir um aparte.

(Tumulto no Plenário)

O Sr. MARCELINO GALO:- Entendo que não é dessa forma que se deve pedir um aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Nobre deputado, peço que respeite a fala do deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, eu fazia meu pronunciamento dirigido a V.Ex^a, que ora preside esta sessão, e vi o deputado pulando na cadeira. Não entendi. O nobre deputado sorria ao lado de V.Ex^a, um sorriso muito simpático. Eu justamente me dirigia ao deputado, porque é o que mais vem a esta tribuna para elogiar o governo municipal.

(O deputado Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. MARCELINO GALO:- Eu não ouvi, deputado. Desculpe-me. Atenderei primeiro à deputada Fátima Nunes, e logo após V.Ex^a será atendido.

(Confusão no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputada, a Mesa verificou que foi feito um pedido primeiro e não poderá ser dada a palavra a V.Ex^a.

Continua com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o orador me concedeu o aparte e V.Ex^a não pode calar-me.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- O Regimento diz que não poderá ser concedido aparte a um deputado se tiver sido negado a outro que solicitou antes. O aparte foi pedido primeiro pelo deputado Gaban.

A palavra continua com o deputado Marcelino Galo.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, desculpe-me, mas ele não pediu.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Solicitou, sim, e a Mesa é testemunha disso, deputada.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre presidente, peço desculpas ao deputado Gaban, porque não o ouvi, sinceramente.

(O deputado Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. MARCELINO GALO:- V.Ex^a estava pulando na cadeira, deputado. Eu não entendi que isso era uma solicitação de aparte. Peço desculpas ao deputado. Nas próximas vezes vou entender o seu gesto como sendo essa a forma de solicitar aparte.

Muito obrigado. /sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Como o deputado Marcelino Galo teve medo de me conceder um aparte a seu discurso raivoso, sem consistência, quem utilizaria a palavra seria o deputado Jurandy Oliveira, mas resolvi trocar e ele falará no tempo do DEM.

Usarei todo o tempo do PSDB/PTN/PRP, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Gaban, pelo tempo de 11 minutos, no tempo do PSDB/PTN/PRP.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, nada como um dia após o outro.

Com a chegada das eleições, vemos a máscara sendo tirada. Aqueles que no palanque, como o deputado Marcelino Galo, dizem defender o povo, como é ano de eleição e precisam do dinheiro dos empresários, vêm aqui defender os ricos. Tirou a máscara, deputado Marcelino Galo. V.Ex^a está defendendo os ricos porque o prefeito ACM Neto isentou os pobres.

O Sr. Marcelino Galo:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. GABAN:- Não concederei porque V.Ex^a não me concedeu. Está inscrito, mas não concederei.

Discurso raivoso, provavelmente encomendado pelo eterno candidato derrotado do PT, Nelson Pelegrino. V.Ex^a deve fazer parte da corrente dele.

Quando o deputado Nelson Pelegrino, após perder a eleição, fez seu primeiro pronunciamento esperava que a prefeitura ficaria arrasada, porque não teria apoio dos governos estadual e federal.

O prefeito ACM Neto está dando demonstração de seriedade e compromisso, sobretudo com a classe mais carente. O pobre, aqui, em Salvador, não vai pagar IPTU, nem taxa de lixo, quem vai pagar é quem pode, são aqueles que utilizam os seus terrenos – que V.Ex^a está defendendo, deputado Marcelino, porque é época de eleição, porque financiará campanha –, são as grandes empresas do nosso Estado.

Esses, sim, são os prejudicados, porque ganham muito. Quem ganha muito tem, sim – dentro de um programa de sustentar a população –, de pagar por quem

não pode pagar. Os empresários já ganham no dia a dia no seu comércio. E V.Ex^a quer defender a manutenção de um terreno público dentro de uma favela, de uma invasão! Isso é um ato covarde de quem não sabe gerir a coisa pública.

O próprio deputado Joseildo Ramos também falou. Por isso que Alagoinhas, deputado Paulo Azi, é cheia de favelinha, é cheia de pessoas morando na rua, porque ele, quando administrou aquela cidade, não teve a coragem de fazer o que um gestor tem de fazer. ACM Neto não terá questões na Justiça, não, deputado Joseildo Ramos. ACM Neto não terá preocupação com os ricos, deputado Marcelino Galo. Foi falha! V.Ex^a defende a OAB, por quê? Por que está defendendo a OAB, que está defendendo os ricos? Defenda a moralidade, defenda a coisa justa. Não venha com demagogia de palanque, com discurso fácil aqui na Assembleia, não. Tirou a máscara hoje. Por isso que teve medo de me conceder o aparte.

Discursos raivosos como o de V.Ex^a mostram despreparo ao dizer que o rapa está matando gente para tirar da favelinha?! Vá culpar o secretário da Segurança Pública. Quem deu a cobertura não foi a Guarda Municipal, que o candidato Nelson Pelegrino – que V.Ex^a está defendendo- na sua própria propaganda eleitoral, defendia que a polícia do município fosse armada.

V.Ex^a é desinformado. Não foi o rapa da Prefeitura, não. Quem deu a cobertura foi a Polícia Militar do Estado da Bahia. E de maneira correta, não da maneira que V.Ex^a falou, porque desconhece. Se V.Ex^a tivesse o cuidado de pelo menos ver o que saiu na imprensa, veria declarações da PM. Quem comanda a PM é o PT, não é o DEM. Mas está bem comandada na ação que fez. O próprio militar que lá estava disse: “Pacífica a retirada”. É uma área pública que tem de ser liberada. Onde havia uma favela irregular na qual se fazia lavagem de carro, agora terá uma praça para dignificar uma avenida tão importante como aquela.

Aí é a nossa diferença: PT e DEM. O DEM tem o melhor prefeito avaliado do Brasil. O PT de V.Ex^a, lá de São Paulo, é o último. É o pior, tem 1% de aceitação. Por quê? Porque em 10 meses faz o que sempre fizeram no passado. ACM Neto, não! Ele pegou a Prefeitura desarrumada, esqueceu o passado e começou a pensar no presente. E por isso que tem perspectiva de futuro. E um futuro que vemos com apenas 1 ano, com as contas saneadas, com 400 milhões em caixa, sem os 167 inadimplentes que existiam, que o impossibilitava de fazer qualquer investimento, qualquer empréstimo, qualquer convênio. Hoje é possível, porque o DEM sabe administrar.

Diferente do PT, que vem o governador aqui fazer um discurso de despedida – primeira vez que vi na Bahia, talvez no Brasil e no mundo –, no último ano de sua gestão, faltando 11 meses. É um desrespeito àqueles que votaram e confiaram no governo do PT. Agora, faltando 11 meses para terminar esta lastimável gestão, vem aqui se despedir na última vez que vem à Assembleia.

Discursos raivosos aqui, não, deputado Marcelino Galo. Vá defender os ricos no palanque quando estiver pedindo voto. Não vá lá querer dizer que defende os pobres e aqui V.Ex^a vem fazer um discurso defendendo os ricos, na mesma linha que a OAB tem adotado. Foi um equívoco da OAB, porque nenhum governo pode administrar só olhando para os ricos. Ele tem que administrar olhando para os pobres.

O Sr. Marcelino Galo:- V.Exª me permite um aparte?

Quero, meu caro presidente, conceder o restante do tempo. Deputado Paulo Azi, V.Exª quer utilizar o tempo restante?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, também foi solicitado pelo deputado aqui.

O Sr. GABAN:- Sou eu quem designo o tempo. Concederei o restante do meu tempo para o deputado Paulo Azi.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Exª arguiu que usaria todo o tempo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, não. Metade do tempo, deputado Gaban; a outra metade, deputado Paulo Azi.

O Sr. GABAN:- A outra metade do tempo o deputado Paulo Azi conclui.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. , o deputado Marcelino Galo tenta politizar um assunto que, deputado Gaban, causa, constrangimento ao próprio deputado Marcelino. Falar de violência, falar de perseguição...

Deputado Marcelino, quem foi fazer a desocupação foi a Polícia Militar de V.Exª. Não tive conhecimento de nenhum tipo de violência. Pontos comerciais na via pública, nem eram residências, pontos comerciais que impedem a circulação de milhares de pessoas. As pessoas que foram deslocadas de lá já têm tido contato com a prefeitura para conseguir um outro local para trabalhar.

Deputado Marcelino Galo, se a Bahia, se Salvador se encontra repleta de moradores de rua, de pessoas que não têm outra alternativa de trabalho e se tornam ambulantes, camelôs, a responsabilidade não é do prefeito ACM Neto, que tem um ano de governo, deputado Marcelino Galo, é do governo de V.Exª.

V.Exª, seu partido governa este país há 12 anos, governa este Estado há 7 anos, deputado Marcelino Galo. V.Exª não pode subir a esta tribuna para ser o defensor dos pobres. Se as pessoas estão morando nas ruas, se as pessoas estão tendo que trabalhar nas ruas, no mercado informal, é porque o governo de V.Exª tem sido incapaz de resolver o problema. V.Exª é de uma incoerência sem tamanho. No momento em que V.Exª sobe a esta tribuna para supostamente defender os pobres, V.Exª vem aqui defender o IPTU, deputado Marcelino, que está sendo cobrado de uma minoria que pode pagar. V.Exª sabe que as pessoas mais pobres de Salvador não vão pagar o IPTU. É preciso que as pessoas tenham mais coerência naquilo que falam. Isso aqui é uma tribuna, e milhares e milhares de pessoas estão acompanhando, estão assistindo, estão vendo.

Me perdoe, mas não venha V.Exª a esta tribuna com um discurso que considero demagógico. Demagogia pura! Ligue para o secretário de Segurança do governo de V.Exª e pergunte se cometeram algum tipo de violência lá. A informação que tive foi que a Polícia Militar do governo de V.Exª agiu de forma pacífica. Não houve

nenhuma violência, nenhum ato de covardia. Vim aqui defender a Polícia Militar do governo de V.Ex^a. Então, V. Ex^a quando subir aqui tenha ao menos um pouco de coerência.

V.Ex^a quer subir aqui para atacar o seu governo, V.Ex^a tem milhares de motivos para isso; a educação que está entre as piores do país, a saúde que assiste as pessoas morrendo nas filas dos hospitais, um Estado que tem hoje o maior nível de violência e assassinato do Brasil. V.Ex^a tem centenas de motivos para atacar o seu governo, mas nesse caso específico, deputado Marcelino, V.Ex^a está sendo injusto com a Polícia Militar do governo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do governo e Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, o deputado Zé Neto falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre Líder do governo, deputado de Feira de Santana, deputado Zé Neto, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, ao ouvir os representantes da Oposição, eu fico abismado com tamanho esquecimento das coisas e com tamanho esquecimento do processo político que se deu na Bahia. Esses dois últimos episódios que têm marcado o dia a dia, aqui, da capital do Estado, certamente, serão a tônica de uma administração que mostra claramente qual é o seu verdadeiro intuito. Não adianta só fala, e não adianta só estampa na televisão. A grande diferença – e aí o deputado Gaban tem plena razão – é que nós somos extremamente diferentes. O que vem do DEM e o que vem do PT são situações históricas totalmente, extremamente, absolutamente diferentes.

O Sr. Paulo Azi:- É verdade!

O Sr. Gaban:- Concordamos, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Nós ajudamos a libertar o Brasil. V.Ex^{as} são filhos da ditadura. O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado Zé Neto?

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^{as}, a vida inteira, viveram construindo um país para poucos.

O Sr. Gaban:- Eu pedi um aparte deputado Zé Neto. V.Ex^a não pode dizer que não ouviu.

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a está inscrito.

V.Ex^{as} não venham para cá dizer que, ao tirarem a Favelinha, queriam o bem dos pobres. V.Ex^a deveriam ter aprendido com Lula, com Dilma, com nós todos que estamos aqui e com os programas: Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família e Luz para Todos, e com os demais programas sociais. Antes de qualquer situação, esses programas olham para a inclusão dos seres humanos.

Tirar uma favela do circuito urbano parece coisa simples para V.Ex^a, mas para

nós, não. O deputado Carlos Geilson é testemunha ocular que, em Feira de Santana, estávamos a construir um empreendimento para abrímos a Avenida Ayrton Senna, e lá um cidadão se negou a sair, um pobre, um negro, uma pessoa humana que tinha distúrbios mentais, e nós não utilizamos um ato de violência sequer. Mesmo quando fomos à Justiça, nós tínhamos uma casa para dar a ele e meios para incluí-lo socialmente. Quando nos utilizamos de uma liminar, foi com a família dele, com as assistentes sociais e com todo o aparato para incluir aquele cidadão, e não simplesmente usar da força, como V.Ex^{as} fizeram aqui.

A outra questão é o IPTU. Obviamente, entendemos que há de se atualizar o IPTU. Ninguém está dizendo que não atualize nunca, mas o aumento dado ao IPTU, em Salvador e em Feira de Santana, foi a portas abertas. Lá, além disso, tivemos na TIP – Taxa de Iluminação Pública – um aumento de 250%, em média. Tivemos aumentos de até 300%! Em Salvador, não é diferente! Ora, Sr. Presidente, aí é bem fácil fazer a espuma, é bem fácil construir uma área central urbana para aqueles que apenas estão preocupados com a cidade mais confortável visualmente, mas esquecer das pessoas, dos seres humanos, das políticas sociais e da inclusão social.

Ora, se vai tirar daqui, vai colocar onde? Ora, se vai fazer um deslocamento social, o que fazer? Excluir?

V.Ex^{as} são diferentes de nós em tudo. Inclusive, duas palavras que não fazem parte do calendário, do dia a dia e nem do dicionário de V.Ex^{as} são: inclusão social. Não faz parte da conduta política de V.Ex^{as} entender o que significa para a Bahia, por exemplo, um programa como o Água para Todos. Porque o que vimos na Bahia o tempo todo foi o copo vazio, vazio de tudo!

Hoje, V.Ex^{as}, esgoelam-se aqui, procurando, todo o tempo, falar do que resta para encher o copo, mas esqueceram que deixaram o copo vazio na Bahia. Nós que fomos para o interior, arregaçamos as mangas e, hoje, no interior, 3,5 milhões de baianos sabem o que é água potável.

Fomos nós que encontramos a Segurança Pública com 400 carros de polícia pelo interior e na capital da Bahia sem gasolina, sem assistência técnica.

Fomos nós que encontramos, aqui, 22 mil REDAs. Hoje, temos 8 mil.

E ainda vamos trabalhar pela Bahia para que a cada dia o Estado alcance o estágio em que o turismo, a indústria, o comércio, enfim, toda a economia seja vista como um conjunto.

Vir para cá falar sobre isenção de IPTU! Isenção de IPTU para pobre nós já fazemos há muitos anos. Aliás, nós não fazemos apenas isenção de IPTU para pobres, não. Nós criamos políticas públicas para que esses que vocês chamam de pobres, os excluídos da Nação, os excluídos da história, tenham a possibilidade de verem os seus filhos estudando. Foi com Lula que pela primeira vez na Bahia e no Brasil vimos os filhos dos pobres irem para a escola antes dos 7 anos de idade. Até Lula não havia escola pública antes dos 7 anos de idade. Foi essa a idade escolar que encontramos com o Sr. Fernando Henrique.

Aqui, neste País, tínhamos, com vocês, o Luz no Campo, pelo qual a pessoa pagava 2/3 da ligação de energia; o Bolsa Família, que vocês nunca sonharam que

chegasse onde chegou, tinha um embriãozinho que vocês coletaram de uma experiência do companheiro Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul; e ao chegarem no Brasil alguns arremedos de vale-gás, de vale-educação, não alcançavam sequer a 1% da população excluída do Brasil. Hoje, são 40 milhões de brasileiros que, neste momento, estão fora da linha da pobreza, da linha da miséria.

Então, V.Ex^{as}, realmente, não têm autoridade para virem aqui contestar o que o deputado Marcelino Galo fala.

Hoje é um dia marcante. Esta é uma semana marcante, e as demais que virão serão mais marcantes ainda, porque aos poucos V.Ex^{as} vão entender que administração pública não se faz só com asfalto, perfumaria e televisão todo dia no positivo. Administração pública se faz com gente, com seres humanos, com o cuidado com as pessoas, com a vida das pessoas e com a perspectiva das pessoas.

V.Ex^{as} deixaram este Estado, por 60 anos, com apenas uma universidade federal. Deixaram este Estado. Quando vejo as universidades reclamando 440 milhões para quatro delas, hoje já estamos com 1 bilhão e 026 milhões. São 290% de reajuste para os custos do dia a dia nos recursos dessas instituições.

V.Ex^{as} estão muito distantes do debate público e político. Eu gosto dessa parte da política porque, enquanto estamos trabalhando, os senhores olham o que resta do copo e nós vamos enchendo-o. Mas na outra fase da política vamos lembrar onde estava o copo e onde estavam V.Ex^{as} na construção histórica.

Este é o Partido dos Trabalhadores, e os senhores fazem parte daquela parte da história que nunca olhou para o povo brasileiro como um povo autônomo, livre e possível dentro do mundo e da sua própria Nação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Presidente, como fui citado nominalmente, pedi até um aparte ao deputado Zé Neto. Mas, quando faltam argumentos, parece que a orientação foi feita, deputado Marcelino Galo, pelo próprio Líder do governo de maneira antidemocrática, porque na Casa tem de ter debate. Quando se tem um monólogo, é mais complicado. Então, como solicitei um aparte ao Líder da Maioria, o deputado Zé Neto, e ele não me concedeu, embora me tenha citado nominalmente, faço uma questão de ordem para que eu possa responder, Sr. Presidente. Tenho cinco minutos? Então peço que zerem o painel e o senhor me conceda 5 minutos, porque tenho direito.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Ex^a já está fazendo a sua questão de ordem. Pode falar.

O Sr. Gaban:- Então, vai prorrogar.

Eu gostaria primeiro, deputado Zé Neto, de fazer um questionamento: V.Ex^a já foi a Papuda visitar os seus companheiros? Papuda, para quem não sabe, é o presídio. Porque V.Ex^{as} inauguraram pela primeira vez no País o Mensalão, um desvio de dinheiro público devidamente comprovado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, pela primeira vez, como os companheiros de V.Ex^{as} estão no presídio

da Papuda e outros... Há até um que foi para a Itália com um passaporte falso do irmão morto. Não respeita nem a imagem do irmão falecido!

O segundo questionamento, deputado Zé Neto, é que V.Ex^a falou e acabou não dizendo nada com relação ao IPTU. O senhor, como advogado, também é um daqueles que defendem os ricos para poder ter ações e um escritório de advocacia para isso ou é a favor de que os ricos paguem e os pobres sejam isentados?

Quando V.Ex^a, deputado Zé Neto, fala em 3,5 milhões de baianos bebendo água mineral devido ao programa de abastecimento d'água, só se ela for comprada nos supermercados, pois o senhor se esquece de que pouco tempo atrás havia propaganda do próprio governo esquecendo-se da maior seca que houve na Bahia nos últimos anos e ainda propagando aqueles 3,5 milhões enquanto a população estava passando sede. Então, a água de que fala agora é a das chuvas ou a que faltou? E aí esses 3,5 milhões tiveram de comprar água mineral nos supermercados cujos donos V.Ex^a, deputado Zé Neto, tão bem defende aqui nesta Casa, ainda mais em ano de eleição.

Repito que o senhor deveria ter ido lá na reunião da OAB quando decidiu que iam entrar com uma medida inconstitucional. Para quê? Para beneficiar os ricos e prejudicar aqueles que foram isentos do IPTU? E para prejudicar a cidade de Salvador? V.Ex^a deveria ter ido lá para dizer “Olhe, não venha querer contemplar agora dizendo que mais de dois...” E depois vai entrar com a medida contra a taxa de incêndio. Veja, deputado Bruno Reis, é aquela taxa de incêndio que foi aprovada ano passado no apagar das luzes. É aquele projeto inconstitucional.

Nós combatemos, e V.Ex^as estavam aqui, combateram, mas no apagar das luzes o governo aprovou. Quando foi para implantar a taxa, nós dissemos que íamos entrar com uma Adin, e a OAB silente. Agora, para dizer que não é uma coisa política quanto à prefeitura inviabilizando a administração e paralisando todas as obras, a OAB também entrou, mas com dois anos de atraso, contra a taxa de incêndio. Olha que maravilha V.Ex^a, deputado Zé Neto, tem aqui! O senhor que usou aquela tribuna várias vezes para elogiar o prefeito ACM Neto ao dizer que ele estava fazendo uma parceria com o governo Wagner, pois estava viabilizando as obras de infraestrutura da cidade.

E, agora, V.Ex^a está querendo criticar o prefeito?! Critique-o abertamente! Não fale com subterfúgios, não! Temos de falar as coisas nas quais acreditamos. E isso não pode ser feito de uma maneira raivosa. Quando V.Ex^a quiser falar de Feira de Santana, fale, pois, assim como Nelson Pellegrino, V.Ex^a levou uma surra do DEM nas eleições em Feira de Santana. Discurso raivoso também contra o prefeito Zé Ronaldo, não cabe também aqui não, deputado Líder do Governo!

O mais lamentável é V.Ex^a que fala, fala o que não deve e some. Ah! Está aí! Pensei que tivesse caído fora como é normal de V.Ex^a. Fala e some, como Joseildo falou. E V.Ex^a já sumiu daqui hoje. V.Ex^a tem de falar com clareza. Assim como o deputado Marcelino Galo, V.Ex^a defende os ricos e vai de encontro aos pobres da capital? Não! Então, se V.Ex^a quiser falar, fale da tribuna, pois, falar fora da tribuna, não vale porque não está registrado.

O deputado Marcelo Nilo tem de dar a justificativa se ele está defendendo os ricos contra os pobres de nossa capital. Os pobres não estão pagando. Quem paga são os ricos, ou seja, os que podem!

Tem de dizer se a Polícia Militar que V.Ex^a confirmou então, que exonere o secretário de Segurança Pública!, porque V.Ex^a concordou que foi truculenta a ação da Polícia Militar contra aqueles pobres moradores comerciantes. São comerciantes, deputado Zé Neto, utilizando-se, indevidamente, de uma área pública.

E cabe ao gestor trabalhar pela maioria esmagadora da população em detrimento de uma pequena minoria que estava utilizando a área pública para auferir os seus lucros, seja vendendo bebidas ou qualquer outra coisa, etc.

Aliás, e por falar em bebidas, V.Ex^a vem, aqui, para falar em aumento de imposto? O seu governo aumentou a tributação até da cachaça do pobre! O seu governo aumentou a tributação da carne de charque, aumentou a tributação da farinha, aumentou a tributação do vinagre! Deputado Zé Neto, quem sabe de aumento de tributação é o governo de V.Ex^a, ou seja, é o governo de Wagner!

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, por favor, conclua a sua questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Concluirei, Sr. Presidente.

Este governo, sim, sabe taxar a população da Bahia ao aumentar os impostos indevidamente e com a ganância jamais vista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, não havendo questão de ordem no pronunciamento do nobre deputado, eu abro mão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pela metade do tempo, usará a tribuna o deputado Bruno Reis e, o tempo restante, o deputado Augusto Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis pelo tempo de cinco minutos e meio e, posteriormente, pelo mesmo tempo, o deputado Augusto Castro.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, Srs. das Galerias, aos que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, imprensa, acompanhei, atentamente, os pronunciamentos de alguns deputados petistas recalcados, invejosos, revoltados, porque o melhor prefeito do Brasil, ACM Neto, está com 51% de aprovação enquanto o pior prefeito do Brasil é do PT com, apenas, 1% de aprovação!

Esta, Zé Neto, é a nossa diferença! Esta é a diferença clara entre os Democratas e o PT! Aí está a diferença que nos separa. Essa é a diferença a que V.Ex^a deveria fazer alusão nesta tribuna. Em São Paulo, uma cidade rica, o terceiro maior

orçamento do País, o PT já havia majorado o IPTU, tentou majorar – e V.Ex^{as} apoiaram. Agora, aqui em Salvador, são dezenove anos, nobre deputado Bira Corôa, sem mexer na planta genérica dos imóveis. Hoje, nesta Casa, um deputado colega nosso que mora na Graça, num apartamento de 900 metros quadrados, paga R\$ 500,00 de IPTU. Pelo amor de Deus! Quem foi “naninha”, quem foi o PT?!, vir para esta tribuna para defender uma minoria privilegiada que tem dinheiro, que pode pagar o IPTU ainda vir falar de justiça social, de inclusão social?! Essa inclusão social do PT do poder é diferente da do PT das ruas, da do PT da Oposição! Inclusão social, nobre deputado Zé Neto, é o que o prefeito ACM Neto está fazendo: quem pode pagar mais, paga mais; quem pode pagar menos, paga menos, e quem não pode pagar nada, não paga nada.

Queria convidar V.Ex^{as} – J. Carlos conhece, vamos hoje J, às 18 horas, lá para o Bariri para a inauguração da praça que o prefeito recuperou toda. Se chegar lá uma pessoa reclamando do IPTU, o prefeito faz o desafio e topa mudar a legislação. Aonde o prefeito chega, nas ruas, é cumprimentado efusivamente. Sábado estávamos lá no Malê Debalê, em Itapuã, apresentando o projeto de toda a orla de Itapuã, toda com recursos próprios – R\$ 10 milhões –; a reforma do mercado de Itapuã, o prefeito ovacionado pela população. Vocês estão defendendo aqui uma minoria de quatro mil proprietários de imóveis, de terrenos desta cidade que servem para especulação imobiliária.

Até entendo, Zé Neto, o equívoco do pronunciamento de V.Ex^a, porque não conhece Salvador. Entendo o equívoco do pronunciamento de Joseildo Ramos porque não conhece Salvador, só conhece Alagoinhas. Agora, Marcelino Galo, o defensor das minorias, o defensor dos desfavorecidos, dos pobres, vir para esta tribuna querer que quatro mil proprietários de imóveis, empresários, megaempresários prejudiquem mais de dois milhões de habitantes!

Salvador tem a pior arrecadação *per capita* do País. Precisavam ser feitas essas mudanças, e o prefeito teve a coragem que muitos outros não tiveram. Agora, cadê que a classe média está reclamando? Cadê que os mais pobres estão reclamando? Cito o exemplo de diversos deputado: hoje ouvi deputado do PT virar para mim e dizer: “Parabéns ao prefeito, porque está fazendo o que deveria ser feito.” Ele está tendo a coragem de “peitar” os interesses de pessoas que se achavam donos da cidade. Para quê? Para poder realizar! Mas entendo a inveja, o recalque de vocês.

Quanto à “Favelinha, nobres Zé Neto, Marcelino Galo, V.Ex^{as} não conhecem: aquilo ali era um cortiço! O prefeito fez a intervenção que precisava ser feita. Até porque houve ali, naquela área, uma intervenção, foi criada uma nova via. Então, por questão de segurança, mas, diferente de vocês, as pessoas serão, sim, assistidas, terão novas oportunidades de emprego.

Os programas que vieram elencar aqui... deputado Zé Neto, o Bolsa Família foi criado pelo PSDB; o programa Minha Casa Minha Vida é uma mudança da resolução 460. Então, foi criada uma nova vila por uma questão de segurança. Mas, diferentemente de V.Ex^{as}, as pessoas serão, sim, assistidas, pois terão novas oportunidades de emprego.

V.Exª veio, aqui, elencar os programas deste governo!

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado Bruno Reis, o tempo de V.Exª já se encerrou.

O Sr. BRUNO REIS:- Veja, deputado Zé Neto, o Projeto Minha Casa Minha Vida é uma mudança da Resolução nº 460! O Programa Luz para Todos é a cópia do Programa Luz para o Campo! V.Exªs. não fizeram nada a não ser repetir o que os governos anteriores faziam. Vir falar em hospitais? Quanto aos hospitais existentes neste Estado aos quais V.Exª se referem, quem os construiu foi Paulo Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado Bruno, para concluir, por favor!

O Sr. BRUNO REIS:- Vamos fazer o debate nas universidades, nos hospitais. Aliás, qualquer debate que V.Exª quiser fazer, façamos, aqui, nesta tribuna. Agora, este governo não tem moral, pois criou a taxa de incêndio, alterou a alíquota do ICMS ao aumentar o preço de vinagre, manteiga, leite.

O governo que quer vender a receita dos próximos 5 anos deste Estado tem moral para falar de tributação? Não tem!

É melhor se contentar com 51 a 1.

Esta é a nossa diferença, deputado Zé Neto!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de quatro minutos e meio, porque o deputado Bruno consumiu quase dois minutos a mais. Então V.Exª terá menos tempo.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs. Deputadas, imprensa, venho à tribuna na tarde desta terça-feira, primeiro, para relatar a crise que está acontecendo, deputado Adolfo, no Sul da Bahia entre índios e produtores. A Força Nacional de Segurança Pública estava instalada naquela região para dar segurança à população. No entanto, esta ordem foi retirada pelo Ministério da Justiça por força do próprio Ministério, deputado Bira Corôa.

Hoje, o deputado Geraldo Simões ocupou a imprensa na região Sul denunciando, principalmente, a incapacidade do Ministério da Justiça para resolver este problema de conflitos entre produtores e índios.

Segundo, venho à tribuna desta Casa para convocar, aqui, os deputados de Oposição e de Governo, de forma suprapartidária, para irmos à Brasília a fim de pedir a participação, de forma direta, ao Ministério da Justiça. A omissão do Ministério da Justiça, em relação ao Sul da Bahia, está gerando uma crise nas instituições. É preciso que o governo deste Estado, também, abra o gabinete de crise para aquela região. Não adianta aqui só discurso.

Vi, aqui, o deputado Rosemberg Pinto, que é da região, culpar e responsabilizar o governo Federal e o governo deste Estado por falta da presença da segurança pública e clamou pela solução dos conflitos, de forma prática, entre índios e produtores! O Ministério da Justiça tem a força e a capacidade de encontrar uma

solução.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a ocupou, aqui, na semana passada, a tribuna e fez um registro para a imprensa, que esteve em Buerarema e viu o caos instalado ali, comércio sendo prejudicado, a insegurança jurídica e política instalada na região, a população do Sul da Bahia pedindo providência aos governos federal e estadual. No entanto, não há uma solução ou uma resposta, de forma clara e de forma objetiva, para o impasse instalado.

É preciso que as bancadas de deputados desta Casa assim como as bancadas de deputados federais de todos os partidos vão ao ministro, a fim de exigir dele uma solução, de forma prática, para acabar com aquela crise que toma conta do Sul da Bahia.

Os manifestantes estão interditando a BR-101. O turismo, na região, está sendo prejudicado em função do acesso da BR-101 ao litoral do Sul da Bahia. E não vemos a palavra o governo do Estado com relação à crise que atinge não só a Buerarema, mas a São José, a Una, a Ilhéus, a Itabuna!

Vejam, está chegando, sim, o momento em que este governo deve montar um gabinete de crise para ir ao Sul da Bahia e montar uma estrutura para tranquilizar a população!

A Força Nacional de Segurança Pública saiu. Eu, até, peguei uma matéria afirmando que a Secretaria de Segurança Pública mandaria 100 homens para dar o reforço e a tranquilidade àquela população!

Com muita tristeza, vemos, hoje, notícias negativas acerca do Sul da Bahia nas imprensas regional, estadual e nacional! Deputado Gaban, o governo Federal sabe disso tudo e não toma nenhuma providência! O governo deste Estado tem a força política e não mexeu nada a favor tanto dos produtores quanto dos índios!

É preciso preservar o direito adquirido daquelas terras do sul da Bahia! A crise, também, está instalada na cidade de Itaju do Colônia. Reside, ali, uma guerra entre índios e produtores! É preciso que o governo federal atenda às reivindicações daquela região. Mas o governo do Estado tem a força política para viabilizar o caminho necessário a fim de gerar a tranquilidade para a população do Sul da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, vários funcionários me procuraram, porque um funcionário que exerceu por vários anos a atividade de segurança nesta Casa faleceu, o Sr. Luís Mota. Como ele não tinha familiares aqui em Salvador, é preciso um apoio da Assembleia para que o corpo dele seja liberado do Instituto Nina Rodrigues. Solicito a V. Exa que entre em contato com o Serviço Social da Casa para que sejam tomadas as providências de liberação do corpo desse ex-funcionário, Sr. Luíz Mota.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Passarei essa informação aos

responsáveis pelo assunto para que seja feito o encaminhamento das providências e seja liberado o corpo, ao tempo em que me solidarizo com os familiares dele por este momento.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, dividirão o tempo igualmente a deputada Luíza Maia e o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a deputada Luiza Maia por 5,5 minutos.

A Sra. LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. das Galerias Paulo Jackson, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, eu estava ali ouvindo os gritos do deputado Bruno Reis e os deboches do deputado Gaban, principalmente na hora da fala do nosso deputado Marcelino Galo. Acho que os gritos, o deboche, a galhofa feitos pela Oposição enquanto o deputado Marcelino Galo usava a tribuna é uma tentativa de querer abafar o que esta cidade diz em cada canto.

Deputado Marcelino Galo, quero expressar a minha solidariedade ao seu discurso e pedir à Oposição que dê um conselho ao prefeito. Falar da gestão passada, quando se sabe que o prefeito ACM Neto fez parte dela até o último momento, acho que é até engraçado. O deputado João Carlos Bacelar, que ficou até o último momento da administração, saiu naquela situação, todo atrapalhado, sabe muito bem disso. Sabe quem ajudou, sabe que o ex-prefeito João Henrique estava junto com ACM Neto. Então não vamos misturar as coisas. Acho que o prefeito precisa ter humildade e reconhecer o erro dele, porque apoiar medidas que venham a ajudar pessoas menos favorecidas, os pobres, todos concordam. Mas os absurdos que foram feitos em relação ao IPTU, ele precisa ter humildade e corrigir. Tenho pessoas próximas a mim, como o meu médico que disse que mora numa casa modesta e que pagava R\$4.000,00, agora ele vai pagar R\$16.000,00. Está certo isso? A minha assessora me disse hoje: Deputada, eu moro em Cosme de Farias, e está colocado como área nobre; eu pagava R\$200,00. Parece que ela vai pagar R\$900,00, eu não lembro direito quanto foi que ele me disse.

Vejam o que diz a imprensa, as falas, os desabafos, as declarações e os protestos das pessoas. E não são da classe rica. E eu fico achando até engraçado eles dizerem que o prefeito está defendendo os pobres. Quem é a família mais rica desta Bahia? Quem é que tem o grupo de comunicação mais forte da Bahia? A família do prefeito ACM Neto! Por isso ele está tão bem nas pesquisas, porque se ele fosse tratado como o avô dele tratou, quando estava no governo, a prefeita Lídice, eu tenho certeza de que ele não estaria com esse destaque todo. O Sr. Bruno Reis:- É Wagner que está ajudando ele?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não, foi Wagner e a presidenta Dilma. Estão fazendo, e o prefeito ACM Neto precisa ter a humildade e reconhecer o apoio que o governador Wagner está dando para sua gestão e que a presidenta Dilma também está dando. Isso

é óbvio, todo mundo sabe disso. Não adianta você querer negar, estão juntos em todos os cantos. Então, eu acho que o que precisa fazer aqui a Oposição - que vive todos os dias no Ministério Público denunciando e chega a esta tribuna para xingar o tempo todo o governador, principalmente nas noites em que há obstrução nesta Casa - é ter humildade e orientar o seu prefeito para que reconheça o erro e corrija enquanto é tempo, porque não é rico quem está protestando, mas sim a classe média, que inclusive o apoiou na eleição, e ele precisa respeitá-la. E a gente sabe que ela não está entupida de dinheiro para o que ele está fazendo.

Então foi um erro. A gente já tinha chamado a atenção para o fato de que, da forma como o prefeito quis corrigir o IPTU, estava errado. Vi o deputado Elmar dizer que em São Paulo foi diferente, mas o máximo lá foi muito menor do que em Salvador - 17%, 35%. Estou aqui com toda a planilha do que foi feito na capital paulista. E não adianta querer comparar a Prefeitura de São Paulo com a de Salvador, porque não tem a mesma estrutura nem o poder do grupo de comunicação que a família do prefeito ACM Neto tem.

Portanto, quero parabenizar o deputado Marcelino Galo e a OAB por ter tido coragem de ir para o Ministério Público discutir e debater. O prefeito ACM Neto precisa ter essa humildade. E você, Gaban, que é um bom tribuno, que fala e xinga tanto o nosso governador, precisa orientar o prefeito para que ele reconheça o erro e corrija enquanto é tempo. Não é justo, não está certo.

Com relação à questão da favelinha, tudo bem que não pudesse ficar ali, mas que ele trate com carinho as pessoas, que dê alternativas. O que o deputado Zé Neto falou aqui, concordo plenamente. Acho que há horas e momentos em que o gestor tem de ter coragem para tomar certas atitudes. Mas ficar ameaçando a cidade, como o prefeito ACM Neto está fazendo, chantageando, dizendo que ela vai parar, isso não é postura de prefeito. Ele precisa se colocar como uma pessoa que está hoje com a responsabilidade de consertar o que a gestão passada fez - com a participação dele. O prefeito não pode negar que participou da gestão de João Henrique Carneiro, porque está nesta Casa a prova viva, que é o deputado João Carlos Bacelar, que o ajudou. Quando lembro que o prefeito João Henrique dizia que estava com ACM Neto e o apoiava, vejo então que agora não dá para ser dessa forma. É preciso ter humildade e corrigir enquanto é tempo, porque...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) o clamor da cidade diz que não suporta esse aumento e a forma como foi reajustado o IPTU.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Gaban:- Mais uma vez, Sr. Presidente, por três vezes fui citado nominalmente. Então, pelo que pressupõe e preceitua o Regimento Interno, solicito uma questão de ordem para que possa contestar o que foi colocado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Gaban. O Sr. Gaban:- Primeiro, minha cara deputada, gostaria de dizer a V.Ex^a que em momento algum eu xinguei o governador Jaques Wagner, pelo qual tenho o maior

respeito e consideração. Tenho feito várias e enormes críticas, apresentando dados consistentes que mostram a falta de gestão no Estado. Tanto isso é verdade que, na própria republicação fora do prazo legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das maiores críticas, além da falta de gestão governamental, que faço e mostro, comprovando o que tenho dito, é a de que há vários anos nas fontes do Tesouro o governo está com um déficit de 2 bilhões e 416 milhões. Foi republicado no final de semana. Isso comprova novamente a utilização de recursos vinculados, inclusive dos *royalties*, para tapar o rombo da Fonte 00. Estou lendo aqui a republicação do terceiro quadrimestre do ano.

Com relação à cobrança do IPTU, é o governo Wagner que conhece de imposto. V.Ex^a, que inclusive faz parte da Comissão dos Direitos da Mulher nesta Casa, sabe que às vezes nem todas as mulheres têm o leite materno para alimentar os seus filhos. E o governo Jaques Wagner aumentou o ICMS do leite em pó, minha querida. Isso é o que tem de ver. Quem aumentou esse imposto foi Wagner. Quem aumentou o imposto do charque foi Wagner. Quem aumentou o imposto da cerveja foi Wagner. Da cachaça, foi Wagner. Quem criou a taxa de combate a incêndio foi Wagner. É o governo de V.Ex^a que está fazendo isso. Agora, a principal arrecadação e, praticamente, a única de todos os municípios brasileiros é o IPTU, sobretudo na cidade de Salvador que não tem parque industrial! Então, com relação à OAB, V.Ex^a quer defender, também, os ricos? Tem de botar de maneira clara: defendo os ricos e defendo 4 mil em detrimento de mais de 2 milhões de pessoas! Aí, sim, põe a máscara para fora e de vez!

Porque, aí, pelo menos, V.Ex^a foi coerente ao defender a retirada, porque o gestor público tem de tomar ações práticas como foi o caso da favelinha. Não podem os comerciantes utilizar o espaço público para lavar carro e muito menos para vender bebidas! Tem lugares apropriados! Aí, sim, deve-se procurar um lugar para esses comerciantes desenvolverem as suas ações comerciais.

Da mesma forma aconteceu na passarela em frente ao Iguatemi. Houve a diminuição tremenda de roubos na referida passarela, pois havia mais ambulantes que pessoas passando. Havia atropelos, roubo de bolsas, relógios, correntes, diuturnamente, várias e várias vezes durante o dia. O prefeito tirou todo mundo de lá, mas deu local para os ambulantes trabalharem, ou seja, deu um local adequado. Isso é ordenamento da cidade! E o gestor tem de fazer isso.

Agora, V.Ex^a quer brincar ao dizer que a aceitação de ACM Neto, por ser considerado o melhor prefeito do Brasil, é graças à aproximação com Wagner?! Isso é brincadeira! Porque é só ver a aceitação de Wagner e a de ACM Neto, seja na capital ou seja inclusive no interior.

No interior, mesmo ACM Neto não sendo candidato ao governo, em todas as pesquisas... Estou vendo pesquisas. Inclusive, há uma pesquisa feita pela base do governo em Jequié que chegou, hoje, aqui, à Casa. Vejam como está o nosso candidato e o candidato do PT de Wagner. Está todo mundo levando uma surra, porque não tem.

Qualquer um que nós indicarmos como candidato será aceito. O pior é indicar

um do colete, deputado Marcelino Galo. Como diz V.Ex^a mesmo em *off* com a gente: “O governador optou para ser o candidato dele, porque ele prefere perder com um candidato dele a apoiar um outro candidato do PT que vai traí-lo no futuro.”

Quem fala isso, em *off*, conosco são vocês. Não somos nós quem diz isso não! Então, o próprio governador prefere perder com “Ruim Costa” do que perder ou ganhar, teoricamente, se tivesse chance de vitória, com outro candidato. Então, quem diz isso são V.Ex^{as}; não somos nós! Tem de deixar as coisas bem claras e bem transparentes de como elas ocorrem aqui na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Concluindo, Sr. Presidente, hoje, por exemplo, o governador não consegue ir ao interior, porque ele está sendo vaiado. Hoje, com a inauguração de casas do governo federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida, em Jaguaquara, o governador não pôde ir. De última hora, o governador disse: “Olha, o meu secretário, Rui Costa, vai.” Vejam, nem Rui Costa teve coragem de chegar lá. Sabem quem inaugurou? Deputado Cacá Leão, sozinho.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Nem o governador tampouco Rui Costa tiveram a coragem de ir a Jaguaquara inaugurar uma obra do governo federal para não levar as vaias que eles têm levado em todas as suas aparições públicas, seja na capital ou seja no interior.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero invocar esta Casa para que as questões de ordem atentem para o que o Regimento assegura. Tenho assistido, nesta Casa, a um rasgar, basicamente, da prerrogativa maior desta Casa que é o seu próprio Regimento, pois as questões de ordem são utilizadas, em sua grande maioria, para dar respostas, para dar colocações de temas e temáticas completamente alheios ao debate e à discussão ou ao procedimento de um projeto, seja ele lei ou um requerimento em debate e em discussão, Sr. Presidente.

Isso é fruto, talvez, da condição em que a Oposição se encontra no Estado e nesta Casa. À Oposição falta, acima de tudo, conteúdo para o debate e para a discussão. A Oposição apresenta o que foi manifestado no dia de hoje, Sr. Presidente, um completo desespero!

Eu fiquei, aqui, pasmo! Achei, até, que o pronunciamento de alguns dos deputados da Oposição iria contribuir com conteúdo para o debate. Mas o que presenciei foi o extravasar da indignação, do nervosismo, da insegurança, com gritos, com berros e, conseqüentemente, com poucos fatos para o debate e para a discussão.

Por isso, Sr. Presidente, invoco, à Mesa dos Trabalhos desta Casa, a obediência ao Regimento Interno acerca do objeto das questões de ordem, pois elas são para orientar, conduzir, como assim diz o próprio Regimento.

As questões de ordem têm de ser focadas, exatamente, ao tema em debate, a fim de não servir de elemento para, apenas, ficar na resposta, no bate e volta, no batebate, no pingue-pongue ou no jogo de peteca, pois tais mecanismos não contribuem e

não avançam. A sociedade baiana investiu muito para que todos nós estivéssemos aqui defendendo os interesses da nossa sociedade.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Antes de passar a palavra ao nobre deputado Álvaro Gomes, quero dizer que..., deputado Sandro Régis, eu sei o que estou fazendo, eu estou com tudo na mão aqui, o senhor não está aqui, por favor.

Mas, quero lhes dizer que o regimento da Casa é claro e é um bom regimento. O que acontece, eu estou aqui há 3 anos e 2 meses como deputado, no exercício do mandato, e o que acontece é que nós descaracterizamos o nosso regimento interno. Nós, os 63 deputados, não é um, nem é outro, e acaba que a questão de ordem suscita que a Mesa e o presidente aqui em exercício dê a questão de ordem, sendo ela relevante ou não. Acontece que nós acabamos por não cumprir o regimento, em todas as diversas ocasiões nesses 3 anos e 3 meses, havendo o próprio deputado que questiona a aplicabilidade ou não do regimento, e é aquele que logo em seguida rasga o que está escrito aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes no tempo do PSC/PV/PR/PRB, por 5 minutos e meio.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente eu pediria para inserir nos Anais desta Casa o editorial do *Vermelho* - www.vermelho.org.br, de 05.02.2014, com o título: “*É necessário mobilizar e unir os movimentos sindicais e populares*”. Esse editorial ressalta a necessidade dos movimentos sociais se mobilizarem para avançar ainda mais na conquista dos trabalhadores. No caso do movimento sindical nós temos algumas reivindicações básicas, entre as quais a questão da redução da jornada e o fim do fator previdenciário. São questões fundamentais para os trabalhadores, são bandeiras históricas e para isso o movimento sindical tem se mobilizado e já marcado uma grande manifestação para o início de abril.

Mas, Sr. Presidente, nobre deputado J.Carlos, eu gostaria aqui, mais uma vez, de me referir à questão do aumento do IPTU. Eu, na realidade, sempre defendi e defendo que se taxe as grandes fortunas, que se cobre mais impostos dos bancos, que se tenha uma política tributária que venha beneficiar mais as pessoas carentes, portanto fazendo justiça e cobrando mais daqueles que podem mais.

Mas, no caso do IPTU não é exatamente isso. Eu fui procurado por pessoas pobres, pessoas necessitadas, falando sobre a questão do aumento do IPTU; também fui procurado por microempresários, porque eu sou presidente da Frente Parlamentar da Microempresa, falando também dos reflexos que esse aumento do IPTU terá para os microempresários que têm imóveis alugados e, portanto, sofrerão aí com mais essa carga tributária. Sem falar no aumento exagerado de uma maneira geral.

Então, eu acho que essa questão, o prefeito ACM Neto deve rever essa posição que causou sérios prejuízos para a população e para a população de baixa renda também, para microempresários que precisam ser fortalecidos para promover o desenvolvimento. Portanto, esse aumento do IPTU vem sendo questionado por várias entidades, inclusive o nosso Partido decidiu em reunião de sua comissão política

realizada ontem, ingressar com uma ação contra o aumento do IPTU. A OAB também decidiu ingressar com uma ação contra o aumento do IPTU, em Salvador. Assim como algumas entidades, eu sou presidente do Iapaz, que é o Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, e nós também estamos estudando medidas jurídicas para ingressar também, ver a possibilidade do Iapaz ingressar também com uma ação contra esse aumento, que considero inoportuno e abusivo, e do meu ponto de vista também inconstitucional. Acho que um processo como esse de alteração na legislação tributária deveria ser bastante amadurecido com a Câmara de Vereadores, e não foi. Mas deveria ser muito discutido com os vereadores e com a sociedade.

Acho que não resta outra alternativa ao prefeito ACM Neto a não ser ouvir a voz da sociedade, revogando essa lei para que possa discutir com os vereadores e a sociedade essa problemática. Fazer aperfeiçoamento e fazer alterações, sim. Não da forma como foi feito, prejudicando as pessoas pobres, os microempresários e a classe média. Foi uma forma inoportuna e muito brusca.

Acho que precisa ser revisto e para isso as entidades organizadas da nossa sociedade já marcaram uma manifestação para amanhã, a partir das 14h, em frente a Câmara de Vereadores, para debater e discutir esse assunto. Acho que efetivamente é um aspecto que precisa ser amadurecido, porque interessa a toda a sociedade. Deve ser, no mínimo, discutido, amadurecido e debatido com os setores organizados da sociedade, com a sociedade como um todo, com a Câmara de Vereadores e com as entidades para que possamos efetivamente ter uma política tributária justa, que venha a beneficiar toda a população, aumentar a arrecadação seja do município ou do Estado, mas que seja efetivamente aplicado para os que mais necessitam, ou seja, a população de baixa renda.

Portanto, acho esse aumento inadequado, inoportuno e inconstitucional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará, por 6 minutos, o deputado Jurandy Oliveira, logo após, o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Jurandy Oliveira, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JURANDY OLIVEIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, meus amigos cegonheiros que estão aqui prestigiando esse evento, fui acionado para comparecer ao município de Camaçari. Ali houve uma falha na administração de quem acordou a construção da fábrica da Ford e deixou de fazer uma previsão para que os baianos pudessem trabalhar no transporte com as suas cegonhas.

Naquela época a Bahia não possuía estrutura para prestar o serviço de transportar os veículos. E por um lapso da administração de então, deixou de constar no documento introdutório o comprometimento de que a Bahia participaria no futuro

no transporte daqueles veículos. Isso deixou um prejuízo muito grande para o nosso Estado. Não entendemos nem qual foi a intenção, porque no termo de conduta não constou a obrigatoriedade da Ford em contratar também empresas baianas.

O tempo passou, a Ford aumentou e está na previsão de aumentar a sua produção com novos recursos. Entretanto os trabalhadores condutores baianos estão em dificuldades. Aqueles que possuem seus veículos para transportar os veículos produzidos em Camaçari. E os cegonheiros com muita luta têm conseguido alguns compromissos das empresas paulistas que não vêm sendo cumpridos. Vários contratos, vários atos foram feitos e não estão sendo cumpridos. Culminou com o movimento justo e lícito dos baianos que impediram a saída das cegonhas oriundas de vários estados, principalmente de São Paulo. Isso ocasionou um prejuízo para o Estado, para a sociedade.

Conversamos aqui com alguns companheiros, com alguns deputados. Inclusive, já contamos com o apoio dos deputados Zé Neto e Bira Corôa para que possamos, junto ao governo do Estado, dirimir essa situação e possamos introduzir as empresas baianas no contexto do transporte dos veículos.

Fiquei sabendo que o interesse é muito grande. As empresas paulistas têm um poderio e influência muito grandes e conseguiram neutralizar muita gente que poderia ajudar, inclusive órgãos da imprensa. Hoje, eu não consegui ser ouvido por uma emissora de televisão que lá estava. Pedi para ser ouvido e ela não permitiu, naturalmente, porque estava comprometida com o movimento das grandes empresas paulistas mesmo em detrimento das empresas baianas que teriam o direito de participar do transporte.

Contamos 196 cegonhas saindo carregadas e não tivemos o prazer de ver uma cegonha dirigida por um baiano.

Oh, meu Deus, Sr. Presidente, de que adiantou o esforço do Estado da Bahia? Quando lutamos para trazer as empresas para a Bahia, visamos, sobretudo, dar emprego e melhores condições de vida para o povo baiano. E para surpresa nossa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não havia baianos lá. Das 196 cegonhas carregadas com mais de 2 mil veículos, não havia um só baiano conduzido uma dessas cegonhas.

Para completar, esses megaempresários que impediram que a Bahia participasse do transporte, ainda se converteram e até incendiaram veículos pertencentes aos trabalhadores baianos.

O que nós queremos, Sr. Presidente, é o apoio desta Casa, dos Srs. Parlamentares que representam o povo baiano para que essa falha seja sanada e a Bahia possa, efetivamente, participar no contexto desse transporte.

Pedem os baianos, Sr. Presidente, apenas 30% de participação ficando 70%. Voltaremos, presidente, para fazer um pronunciamento com mais esclarecimentos a respeito do assunto. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra a nobre deputada Ângela Sousa pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:-Sr. Presidente deputado J. Carlos, Srs. Deputados que se encontram no plenário, senhores das Galerias, imprensa, mais uma vez, volto a esta tribuna no dia de hoje para dizer da minha tristeza pela situação do conflito com os agricultores, com os pequenos produtores. Tristeza também pela morte do nosso companheiro Juracy Santana, homem comprometido, sério, que foi morto no assentamento de 40 famílias por essa violência tão grande que está acontecendo por causa do conflito de demarcação de terras. Quero dizer da minha indignação porque desde o ano de 2008, presidente e companheiros, que lutamos para que não se chegasse a esse ponto, para que as coisas não crescessem e avançassem como têm avançado. Essa luta, essa guerra, essa chacina que está acontecendo com os pequenos produtores no município de Una, Ilhéus e Buerarema. Estamos muito tristes, porque foi prometido que teríamos o suporte das bases de classificação. E, na realidade, foram tiradas duas bases. Isso não é possível. Precisamos rever isso com urgência. Na realidade, o ministro da Justiça fez esse acordo e prometeu. Inclusive, o governo do Estado sabia dessa necessidade, comunicava direto essa situação para não chegar a esse ponto. A Faeb também, junto com o Dr. João Martins, pedindo, reivindicando, no dia 06 de fevereiro, passou um comunicado para o nosso governador pedindo socorro para essa situação da demarcação.

Então, quero dizer que precisamos atuar urgentemente nessa situação. Não podemos deixar continuar uma situação dessa tão séria. A Secretaria da Justiça, a Secretaria dos Direitos Humanos, com o nosso secretário, precisa entrar realmente em ação. Porque não é uma ação somente do governo federal, mas a força nacional, a segurança nacional tem que estar também defendendo a todos. Defendendo os indígenas, mas defendendo também o pequeno produtor, porque o pequeno produtor mantém as suas famílias, as suas vidas, com essas pequenas propriedades de um, dois, cinco, dez hectares.

A Comissão da Infraestrutura naquela época em que eu era presidente, em 2008, fez uma audiência pública pedindo socorro, pedindo para que observem essa situação, porque temos que ter direitos humanos para todos os segmentos. O pequeno produtor não pode ficar esquecido. Temos muitas terras improdutivas, vamos dar essas terras improdutivas para o índio, dar políticas públicas para eles e fazer com que possam sobreviver nas terras improdutivas com paz e felicidade. Eles podem trabalhar junto às políticas públicas. Mas não em detrimento de um povo forte, de um povo que coloca a alimentação sobre a nossa mesa. Porque a zona rural dá sustento à economia para a zona urbana. Essas pessoas estão assombradas, amedrontadas, entristecidas. Senhores de 80 anos, senhoras de 70 anos, senhores de 60 anos que, com luta, com o suor do seu rosto, trabalharam para constituir suas famílias e dar sustento a elas.

Então, esse é o momento em que precisamos estar unidos, a nossa Casa, a Assembleia Legislativa é a Casa do Povo, é a Casa que vem ouvir suas necessidades. Nós, como representantes legais desse povo, do pequeno produtor como também de todos os outros segmentos, devemos defender e procurar a justiça para que possamos exercer justiça diante do nosso povo.

Quero conclamar a todos que unamos as forças nas comissões de Direitos Humanos, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, que também é uma comissão que abrange toda essa situação. Estamos vendo muitos produtores perdendo seu cacau, sua produção por roubos. E exportadores comprando esse cacau tirado de famílias que sustentam as suas vidas com essa produção. Quero pedir aos nossos companheiros que possamos unir as forças e lutarmos para que, realmente, esse conflito cesse, pare, dando direito aos agricultores de ficarem em suas propriedades e de os indígenas serem assistidos com a posse de terras atualmente improdutivas e políticas públicas para que possam, também, com o suor do seu rosto construir sua família.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Muito obrigada. Deus abençoe a todos!
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, o aguerrido deputado Sandro Régis falará por 5 minutos, e eu falarei pelos 6 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o aguerrido deputado Sandro Régis, segundo o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiquei escutando e analisando os discursos dos deputados do PT. Todos vieram à tribuna para falar do IPTU. O inacreditável, deputado Carlos Geilson, é que da bancada de sete vereadores do Partido dos Trabalhadores cinco votaram a favor, por entenderem que o IPTU é o principal imposto de arrecadação.

E os soteropolitanos e todas aquelas pessoas que escolheram Salvador para viver, hoje, sentem a diferença de, realmente, ter um gestor de verdade, um homem público que sabe administrar.

E o mais impressionante é quando vejo a nobre deputada Luiza Maia vir à tribuna, deputado Bruno Reis, para dizer que o prefeito tem que agradecer ao governador. Imaginem V.Ex^{as}! O prefeito tem trabalhado, tem provado à Bahia que com competência e seriedade se administra. Em Salvador, hoje, vê-se obras por todos os lados.

Fazer um discurso, deputado Gaban, como se quisessem chantagear Salvador é porque o governo estadual não sabe trabalhar e o governador não tem capacidade. O prefeito da capital é o melhor do Brasil, conforme avaliado por todos os institutos.

O IPTU, realmente, é muito importante, deputada Luiza Maia. O IPTU é o imposto que dá equilíbrio e sustentação à máquina pública. A bancada de vereadores do PT votou majoritariamente; de sete, cinco votaram favoravelmente. Eu não entendo! Ou os deputados do PT querem ser vereadores ou o partido está um verdadeiro samba do crioulo doido. Não pode os vereadores votarem a favor, deputado Gaban, e os deputados fazerem discursos contra.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a, mais uma vez, deputado Sandro Régis, está coberto de razão. Os vereadores do PT que assim procederam na Câmara Municipal votaram de acordo com o sentimento de grande parte da população de Salvador, que é uma população não rica. Os vereadores que assim procederam votaram de acordo com suas bases eleitorais.

Alguns deputados do PT aqui, como Marcelino e outros, dizem-se conhecedores de Salvador, mas não conhecem nada. Por exemplo, ele nem sabia que quem realizou a operação para tirar a “favelinha”, foi a PM. Ele achou que fossem os guardas municipais. Desconhece! E nem lê o que sai nos jornais.

Eles talvez não soubessem, deputado Marcelino e deputado Joseildo Ramos, que a população que paga menos... E o PT, inclusive, ajudou a aprovar, agora, de uma maneira maravilhosa, por unanimidade na Câmara, a isenção da taxa de lixo para aqueles que já estavam isentos do pagamento do IPTU, que é a maioria da população de Salvador. Esses também não pagarão a taxa de lixo.

Então, esses vereadores conhecem os sentimentos da população. Aqueles deputados de carteirinha e ar-condicionado que ficam nos seus gabinetes, só saem para pedir voto na época de eleição, falam o que não sabem. Quem fala o que não deve, ouve o que não deve. Por isso que não concede aparte, por isso que ficam aí fazendo de conta que não entenderam, que não viram, porque não tem argumentos.

Tem de parabenizar os vereadores que, independente de posições político-partidárias, fazem o que nós temos feito na Assembleia. Quando a coisa é boa para o Estado, é boa para a população, nós, da Oposição, aprovamos. Quando é ruim, ficamos no monólogo, porque ninguém do governo tem coragem de subir à tribuna para rebater os nossos argumentos técnicos.

Zé Neto, o secretário de Planejamento vem com o termo “espuma”. Não sei. Deve ser espuma da falta de água, da água salobra. Eles dizem que põem água de qualidade para a população, é a água salobra. Falta espuma para o PT levar água para a população do semiárido da Bahia.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Líder, e tem mais, o que o governo podia fazer é dar segurança. A obrigação do governo é dar segurança, coisa que há muitos anos o baiano não sabe o que é. Salvador e Região Metropolitana, hoje, são duas das regiões mais violentas do País pela ausência do governo do Estado.

Agora, os índios invadiram seis fazendas em Itapetinga. Isso é obrigação do Estado. E não se vê, deputado Gaban, uma ação efetiva deste governo. Este governo vive ou de espuma ou de propaganda mentirosa. Quando acham um político capacitado, competente e bem avaliado, não quer deixar porque o seu governo não tem competência.

Nesses oito anos, termina o ano dizendo de uma forma melancólica que foi uma revolução silenciosa e trouxe um legado imaterial para os baianos. É esse o governo Jaques Wagner, que se resume ao silêncio e às obras imateriais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a crise de identidade do PT salta aos olhos dos mais atentos. Durante a campanha, o que mais se ouviu do candidato do Partido dos Trabalhadores é que o prefeito ACM Neto iria governar para os ricos e penalizar os pobres. Foi um cavalo de batalha.

Eis que o prefeito contraria a tese petista e isenta do pagamento de IPTU e da taxa do lixo os mais pobres de Salvador. Aí, o PT vai na contramão do seu discurso e agora defende os endinheirados, os mais ricos e abastados de Salvador.

É a crise de identidade que hoje se resume o Partido dos Trabalhadores. É uma colcha de retalhos, são ideias variadas, é um balcão de negócios, depende do interesse momentâneo para rotular o seu discurso. Não tem uma linha programática, não tem uma linha de raciocínio retilínea. Essa linha de raciocínio é moldada de acordo com o interesse momentâneo. Na campanha, era jogar ACM Neto contra os pobres; não conseguiu; agora é jogar ACM Neto contra aqueles de melhor poder aquisitivo, e que têm condições de pagar o reajuste do IPTU.

Nobres deputados do PT esquecem que o atual governo reajusta as tarifas da Embasa muito acima do dobro da inflação. Todo mundo bota a viola no saco, ninguém fala nada. Não se ouve uma voz clamando na Base governista, a protestar em relação a esses aumentos dados pelo governo. Ninguém fala nada, silêncio sepulcral. Passa-se um rolo compressor e vota o projeto.

Agora, os deputados trazem a esta casa um assunto que diz respeito estritamente à capital, à Câmara de Vereadores – por não terem o que falar –, e se apegam a um discurso muito frágil, um discurso que, até então, era o alicerce da campanha “Pelegrinista”. Agora, os “Pelegrinos” mudaram de posição e atacam o prefeito por estar em consonância com aquele discurso anterior, porque, agora, é de bom alvitre que ataquem o prefeito. Para isso encontram um mote: jogar o prefeito contra os endinheirados. Se é para jogar contra os endinheirados, que joguem! Não há problema nenhum!

Agora, cai a máscara! O discurso do Partido dos Trabalhadores está descaracterizado. Houve um reajuste do IPTU, em São Paulo. Aí está beleza, está certo, porque precisa de dinheiro para as grandes obras em São Paulo. Aqui, o prefeito tem de parir o dinheiro! Aqui, o prefeito tem de parir o dinheiro! Lá, não, se precisa, tem de fazer. É nessa falta de identidade que se resume, hoje, o Partido dos Trabalhadores. O partido está sem identidade, sem norte, sem rumo, sem balizamento e sem nenhum alicerce.

Quero aproveitar o tempo que me resta para prestar a nossa solidariedade à família do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, a todos os cinegrafistas do Brasil e a todos os profissionais de comunicação. Um estúpido soltou um rojão que acabou matando esse profissional no exercício da sua profissão.

O que mais nos chama a atenção é que a imprensa tem se levantado contra as ações da polícia, fazem um cavalo de batalha... Quando prendem esses brucutus, lá

está um advogado da OAB de plantão para soltar.

Que democracia é essa que não há respeito às instituições? Isso não é manifestação, é baderna, é vagabundagem. Quem age dessa forma tem de estar preso! Uma coisa é protestar, é reivindicar, é dizer que não concorda, é protestar, outra coisa é agredir, é depredar, é esculhambar. Isso não é manifestação.

O governo não pode ser tolerante com esse tipo de ato, com esse tipo de baderna. Um profissional perdeu a vida. Quantos profissionais perderão a vida e serão vítimas desse processo, para que o governo federal saia da sua letargia? O processo democrático é interessante, mas tudo isso se resume às eleições. Não está se pensando na solução dos problemas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Está se pensando em como pode agradar mais para auferir votos nas próximas eleições.

Aqui, fica o nosso protesto e a nossa solidariedade, em nome do Santiago, a todos os profissionais de comunicação do país, especialmente aos cinegrafistas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo, deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação inadiável para avisar que, hoje, nós instalamos a Comissão da Saúde e Saneamento. Eu assumi a presidência dessa comissão, dando continuidade ao trabalho.

Ao mesmo tempo, gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que na quinta-feira, às 18 horas, teremos nesta Casa, no Auditório Jutahy Magalhães, o Encontro Estadual de Lideranças Evangélicas.

Nele estarão presentes o deputado Antônio dos Santos, de Sergipe; deputado federal Henrique Afonso, do Acre; deputado federal Márcio Marinho; e várias lideranças políticas, evangélicas. Vai ser um momento especial desta Casa. A abertura será quinta-feira, às 18 horas. Na sexta-feira, no dia todo haverá uma programação extensiva ao Grito da Igreja por um Novo Brasil.

Então, Sr. Presidente, gostaria de que isso ficasse registrado aqui, nesta oportunidade, para que os amigos que nos assistem pelo *Canal Assembleia* possam também marcar suas presenças nesse encontro, que será muito importante para o Estado da Bahia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou o do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, o tempo será utilizado por três oradores. O deputado Adolfo Menezes falará por 5 minutos; e os 7 minutos restantes serão divididos entre a deputada Luiza Maia e o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Luiza Maia, ano de eleição e os ânimos nesta Casa, os pronunciamentos, os discursos começam a se inflamar, mais ainda em decorrência, é claro, dos objetivos de cada grupo: Oposição e Situação.

Ouvimos aqui, nesta tarde, vários oradores falarem desse grande governador que vai deixar... Deputado Gaban, V.Ex^a, principalmente, sabe que o governador Wagner é um homem que não guarda mágoas e que faz uma política como nunca foi feita no governo da Bahia. Porque, deputada Luiza Maia, um governador que aceita colocar na Casa o maior opositor, por decisão própria, não é preciso dizer absolutamente mais nada sobre a forma como ele faz política.

O governador, é claro, ainda vai deixar um Estado, daqui a 1 ano, em que falta muita coisa. Mas foi por isso que ele apresentou – e está aí a maioria dos partidos, ou quase todos os partidos importantes do Brasil, apoiando – para o suceder o secretário da Casa Civil, Rui Costa, que, hoje, é conhecedor de todos os problemas da Bahia.

Seguramente, nenhum governador, nem o governador Wagner, que tanto fez pela Bahia, sai sem deixar pendências. Mas se fizermos um comparativo... E vem aí, deputado Marcelino Galo, o horário eleitoral, a hora certa para se comparar o que foi feito nos 8 anos do governador Wagner e o que foi feito por outros governadores.

É por isso que temos a tranquilidade de que o povo da Bahia vai saber reconhecer que esse projeto, deputado Euclides, precisa continuar, tanto no setor de água, de saneamento, saúde, educação, estradas, enfim, em todas as áreas.

Os funcionários públicos, em todas as áreas e em todos os setores, tiveram aumentos como nenhum outro governador concedeu. É claro que o salário sempre é insuficiente.

Claro, precisa-se de construir mais estradas, deputado Cacá Leão.

Claro, faltam hospitais a despeito de tantos hospitais construídos neste governo: duplicação do HGE em curso; Roberto Santos, Hospital da Criança na terra do Líder Zé Neto, Hospital de Juazeiro, Irecê, Santo Antônio de Jesus, Seabra.

Quer dizer, há necessidades.

Quanto à área da Polícia Militar, não existiam carros. Hoje, há os carros e as viaturas novas. Claro, a violência está assolando o País inteiro.

Então, nós não temos problemas em comparar.

Infelizmente, é praxe, nesta Casa, tanto agora como em todos os outros governos, a Oposição criticar e a Situação tentar mostrar o lado bom do governo.

Assistimos, aqui, por diversas vezes, há poucos anos, deputada Luiza Maia, a uma grita geral quando o governador fez uma correção no Planserv. A gente não ouve mais falar do Planserv, a não ser quem necessita, pois é um dos melhores planos do País. E a Oposição fez o maior escarcéu, porque iria limitar as consultas, melhor, fizeram-se algumas correções necessárias. Tanto isso é verdade que, hoje, todas as clínicas e os hospitais lutam para poder se credenciar junto ao Planserv. A Oposição, à época, fez a maior confusão.

Mas isso faz parte do Parlamento. E, à medida em que se aproximam as eleições, o debate acalorado só irá se acentuar. Claro, intimamente, muitos usam a

tribuna e falam uma coisa, mas, intimamente, eles sabem que não é nada daquilo. Mas, aqui, como é uma Assembleia, esta deveria ter o nome de teatro, pois faz parte. É assim que funciona.

Aqui ouvi vários discursos.

Claro, o meu tempo acabou. Não posso me alongar mais. Em outra oportunidade, tecerei mais comentários sobre esses assuntos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 3 minutos e meio.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Tenho direito a seis assuntos para falar, Sr. Presidente. Será uma correria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas o PT só lhe deu três minutos e meio. Não posso dar mais.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Quero começar, mesmo com a ausência deles, a registrar a minha solidariedade e o meu apoio à luta dos cegonheiros da Bahia. Gostaria de dizer ao deputado Jurandy Oliveira – não sei se ele está aqui presente – que conte comigo nesta batalha.

Acho que a *Ford* precisa, imediatamente, corrigir esta injustiça para com os cegonheiros baianos. Acho que nós devemos ampliar a solicitação da porcentagem. Penso não ser suficiente somente o índice de 30% para fazer o carregamento de mercadorias para os cegonheiros baianos. Penso na paridade: 50% para os baianos e 50% para os paulistas. Chega de discriminação para com a nossa região e para com o nosso Estado.

Além desta solicitação em relação à *Ford*, há outras demandas para resolver com eles como, por exemplo, a questão da contratação de mulheres. Temos feito este debate no Fórum de Mulheres Desempregadas de Camaçari. Além desta questão atual, há a questão de ex-funcionários da *Ford* lesionados. Hoje, existe, até, uma associação lutando para conquistar o seu direito em relação a esse problema.

Mas, quero, também, Sr. Presidente, me solidarizar com a deputada Ângela e com o deputado Rosemberg que, aqui, fizeram discursos tão acalorados sobre a questão dos conflitos lá no Sul da Bahia. Quero dizer que assino embaixo de suas indignações e de seus apelos feitos nesta Casa, a fim de que o governo do Estado e governo federal, realmente, façam a intermediação deste conflito de forma que dê tranquilidade a todo mundo, quais sejam, índios e pequenos agricultores.

Digo à Oposição que V.Ex^{as} não souberam ler direito a vinda do governador Wagner a esta Assembleia. O governador Wagner chegou a esta Casa com muita tranquilidade, pois foi uma demonstração de que a sua missão está quase cumprida e que não tem dúvida de que o seu projeto será continuado, aí, com o nosso próximo governador Rui Costa.

Isso deixou a Oposição tão incomodada e neste desespero que a gente vive aí.

Eu gostaria de dizer ao deputado Carlos Geilson que a crise, também, está instalada na Oposição. Eu quero saber quem será o candidato a governador pela

Oposição na próxima eleição. Paulo Souto ou Geddel?

Então, em nossa Base, as coisas estão arrumadas e estamos tocando.

Aproveito este momento, também, para parabenizar o próximo governador da Bahia, o deputado e atual secretário Rui Costa, pela iniciativa de fazer o seu programa de governo de forma participativa. Participei em Feira de Santana e em Serrinha. Agora, há o programa participativo de governo. E um gestor que começa a se colocar na sociedade colocando o seu nome para disputar uma eleição ouvindo a sociedade da forma que o próximo governador da Bahia, Rui Costa, está fazendo obviamente terá sucesso. Eu não tenho a menor dúvida.

Para concluir, sobre essa questão dos ataques ao nosso partido, quero dizer que a diferença do PT para os outros partidos, principalmente o DEM, que governou este Brasil com o PSDB durante tantos anos, é uma diferença de projetos. O Partido dos Trabalhadores quer desenvolver o País, fazê-lo crescer, mas distribuindo toda essa riqueza para todos, diferentemente do que eles fizeram durante tantos anos. E quem vive na Bahia sabe disso. Sabe o que foi que nós sofremos até 2007, quando o governador Wagner assumiu este nosso Estado e começou a transformá-lo. Por isso, este projeto não pode ser interrompido. E também porque não queremos retrocesso nem o que já vivemos aqui.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, pelo tempo de 3 minutos e meio, o meu querido deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, companheiros dos gabinetes, ouvi nesta tarde várias intervenções, falas e discursos, a começar pelo do Grande Expediente, feito pelo nosso Líder e companheiro Rosemberg Pinto. Outros companheiros trataram de temas relevantes neste momento histórico que estamos vivendo.

Com relação às mortes do sindicalista em Buerarema e do cinegrafista no Rio de Janeiro, além de outros assuntos como o IPTU, é muito importante que esta Casa reflita sobre o que está se passando no Brasil, porque este ano é um ano de eleições para a Presidência e os governos dos Estados. E naturalmente esses debates e reflexões irão contribuir para o modelo político e o projeto de Nação que nós estamos construindo, Sr. Presidente.

Neste contexto está no centro do debate o nosso partido, que de forma injusta e às vezes até leviana vem sendo acusado de atitudes e comportamentos pelos quais não é responsável. Pelo contrário. O PT vem construindo um projeto de democracia ampla, solidária, de reforma social, sem intenção dum processo de assalto ao Estado e ao poder. Nós queremos reformas que apontem para uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, temos muito o que comemorar nestes 34 anos do Partido dos Trabalhadores. E realmente estamos festejando em todo o Brasil nestes dias que estamos ainda vivenciando.

Para concretizar exatamente esse ideário, temos o privilégio de participar de

várias atividades na região Sudoeste da Bahia e no conjunto do Estado com o governador Jaques Wagner. Assim, estivemos no último final de semana lá em Guajeru, onde na presença de S.Exa. foi inaugurado um sistema d'água, uma adutora que está levando água para aquela cidade.

Quero deixar aqui o meu abraço ao prefeito Gil Rocha, ao vice-prefeito Fernando e a todos os vereadores. Parabenizo o Dr. Abelardo Oliveira, presidente da Embasa, e Luiz Teles, que é o seu chefe de gabinete, além do Dr. Paulo Leda, de Caetitê, pelo belo trabalho que eles fizeram levando água àquela comunidade.

Da mesma forma, Sr. Presidente, estaremos na próxima quinta feira em Vitória da Conquista. Lá o governador Wagner estará assinando a ordem de serviço do novo aeroporto regional também para o Norte de Minas, o que vai consolidar um projeto de interiorização do desenvolvimento econômico e social.

Antecipadamente eu parabenizo S.Ex^a, o vice-governador Otto Alencar e o chefe da Casa Civil, o meu companheiro e amigo deputado federal Rui Costa. Tenho certeza que o nosso presidente da Assembleia estará presente emoldurando o ato pelo Poder Legislativo.

É o meu registro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que não há mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada esta sessão, lembrando que está convocada uma sessão extraordinária para ser iniciada 30 minutos após o encerramento desta, conforme requerimento assinado por mais de 21 deputados.

Portanto, às 18h25min, abriremos a sessão extraordinária.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*